



ANALISTA - SEGURIDADE

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____

Nível
SUPERIORTurno
TARDE**PROVA****01****Lembre-se de marcar o número acima na folha de respostas!****instituto
aocp****Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal**

Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Prova, com **cento e vinte itens**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição.
- ✓ O julgamento de cada item da prova objetiva será **CERTO** ou **ERRADO**, sendo atribuído o valor de 1 (um) ponto para cada marcação em acordo com o gabarito oficial. Caso a marcação esteja em discordância com o gabarito oficial, o candidato receberá 1 (um) ponto negativo e 0 (zero) ponto caso não haja marcação ou haja marcação dupla.
- ✓ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar este Caderno e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo este Caderno somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AACP** no endereço eletrônico **www.institutoaocp.org.br**, conforme previsto em Edital.

Língua Portuguesa

Conto de você fica ressoando na memória

De: **Carlos Drummond de Andrade**
Para: **Lygia Fagundes Telles**

Contemporâneo de Lygia Fagundes Telles e 21 anos mais velho que ela, Drummond pôde acompanhar a trajetória de uma das maiores contistas da literatura brasileira e tecer considerações sobre a obra da amiga. É o que faz nesta carta em que comenta os contos de O jardim selvagem, publicado no ano anterior.

Rio de Janeiro, 28 [de] janeiro [de] 1966

Lygia querida,

Sabe que ganhei de Natal [...] um livro de contos [1] no qual o meu santo nome aparece no ofertório de uma das histórias mais legais, intitulada “A chave”, em que por trás da chave há um casal velho-com-moça e uma outra mulher na sombra, tudo expresso de maneira tão sutil que pega as mínimas ondulações do pensamento do homem, inclusive esta, feroz: chateado de tanta agitação animal da esposa, com o corpo sempre em movimento, o velho tem um relâmpago: “A perna quebrada seria uma solução...” Por sinal que comparei o texto do livro com o texto do jornal de há três anos, e verifiquei o minucioso trabalho de polimento que o conto recebeu. Parece escrito de novo, mais preciso e ao mesmo tempo mais vago, essa vaguidão que é um convite ao leitor para aprofundar a substância, um dizer múltiplo, quase feito de silêncio. Sim, ficou ainda melhor do que estava, mas alguma coisa da primeira versão foi sacrificada, e é esse o preço da obra acabada: não se pode aproveitar tudo que veio do primeiro jato, o autor tem de escolher e pôr de lado alguma coisa válida.

O livro está perfeito como unidade na variedade, a mão é segura e sabe sugerir a história profunda sob a história aparente. Até mesmo um conto passado na China[2] você consegue fazer funcionar, sem se perder no exotismo ou no jornalístico. Sua grande força me parece estar no psicologismo oculto sob a massa de elementos realistas, assimiláveis por qualquer um. Quem quer simplesmente uma estória tem quase sempre uma estória. Quem quer a verdade subterrânea das criaturas, que o comportamento social disfarça, encontra-a maravilhosamente captada por trás da estória. Unir as duas faces, superpostas, é arte da melhor. Você consegue isso.

Ciao, amiga querida. Desejo para você umas férias tranquilas, bem virgilianas. O abraço e a saudade do

Carlos

[1] N.S.: Trata-se de O jardim selvagem, livro de contos de Lygia publicado em 1965.

[2] N.S.: Referência ao conto “Meia-noite em ponto em Xangai”, incluído em O jardim selvagem.

Adaptado de <https://www.correioims.com.br/carta/conto-de-voce-fica-ressoando-na-memoria/>. Acesso em 20/09/2021.

Considerando os aspectos relacionados à organização das informações, à estruturação do texto de apoio e aos sentidos por ele expressos, julgue os seguintes itens.

1. O texto de apoio, na totalidade da sua composição, apresenta dois gêneros textuais, a saber: Resenha e Carta Argumentativa.
2. Considerando a relação do título do texto com seu conteúdo, o termo “de você” tem função de indicar o agente produtor do conto e, com isso, poderia ser substituído pelo pronome possessivo “seu”, sem causar prejuízos semânticos ao enunciado.
3. O trecho “Quem quer simplesmente uma estória tem quase sempre uma estória.” retoma a “história aparente”, exposta pelo enunciador no início do 2º parágrafo.
4. No trecho “Parece escrito de novo, mais preciso e ao mesmo tempo mais vago [...]”, o emissor do texto caracteriza o conto a que se refere como incoerente, pois tem essa liberdade com a interlocutora, devido ao alto grau de intimidade entre os dois.
5. Em “Unir as duas faces, superpostas, é arte da melhor.”, a expressão qualitativa em destaque caracteriza-se pela ambiguidade, pois pode se referir tanto à Lygia Fagundes Telles quanto à qualidade da arte produzida por ela.
6. A partir da leitura do excerto “Até mesmo um conto passado na China você consegue fazer funcionar, sem se perder no exotismo ou no jornalístico.”, além de um elogio a sua interlocutora, é possível depreender uma crítica por parte do autor da carta a algum outro escritor.

Considerando os aspectos linguísticos do texto de apoio e os sentidos por eles expressos, julgue os seguintes itens.

7. No trecho “[...] com o texto do jornal de há três anos [...]”, o verbo há poderia ser substituído por a, desde que o advérbio “atrás” fosse acrescido ao final da expressão, mantendo-se, assim, as relações de sentido pretendidas pelo texto original.
8. Em “[...] tudo expresso de maneira tão sutil que pega as mínimas ondulações do pensamento do homem [...]”, a expressão especificadora do homem pode ser substituída por humano sem acarretar mudanças de sentido ao texto.
9. Na primeira frase da carta, o pronome relativo esta deveria estar no plural para concordar com seu referente as mínimas ondulações.
10. Em “A perna quebrada seria uma solução...”, o uso do verbo no futuro do pretérito, aliado à predicação “uma solução”, indica a real necessidade de que o fato ocorra no futuro.
11. Em “[...] verifiquei o minucioso trabalho de polimento que o conto recebeu.”, o acréscimo de uma vírgula antes do “que” e a troca desse pronome por “o qual” manteriam a correção gramatical e o sentido original do texto.
12. Em “[...] por trás da chave há um casal velho-com-moça e uma outra mulher na sombra [...]”, o verbo da oração poderia ir para o plural para concordar com o sujeito composto da oração.
13. No texto introdutório à carta, o artigo definido presente no título da obra à qual a carta se refere poderia ser aglutinado à preposição que o precede, mantendo o sentido e o respeito às normas gramaticais.
14. A correção gramatical seria atendida ao se reescrever o trecho “Por sinal que comparei o texto do livro com o texto do jornal de há três anos [...]” da seguinte maneira: Por sinal, comparei a história do livro à do jornal de três anos atrás.
15. Em “É o que faz nesta carta em que comenta os contos de O jardim selvagem [...]”, o uso da preposição em destaque atende à regência do verbo “comenta”.
16. Em “O livro está perfeito como unidade na variedade, a mão é segura e sabe sugerir a história profunda sob a história aparente.”, as formas verbais estão conjugadas no presente do indicativo, auxiliando a construir o valor de verdade atemporal do enunciado.
17. Na última frase do 1º parágrafo, os sinais de dois-pontos poderiam ser substituídos pela expressão ou seja, utilizada entre vírgulas, sem prejudicar a correção e os sentidos do texto.
18. Em “[...] tudo expresso de maneira tão sutil que pega as mínimas ondulações do pensamento do homem [...]”, o advérbio de intensidade “tão” introduz uma relação de sentido explicativa entre as orações da frase.
19. Em “Drummond pôde acompanhar a trajetória de uma das maiores contistas da literatura brasileira [...]”, a expressão em destaque funciona como complemento do nome “trajetória”, exercendo, assim, a função de objeto indireto, por iniciar por preposição.
20. A expressão em destaque em “Sua grande força me parece estar no psicologismo oculto sob a massa de elementos realistas [...]”, em uma situação mais formal de comunicação, para atender às normas gramaticais, deveria ser redigida da seguinte maneira: parece-me estar.

Estrutura e Funcionamento da FUNPRESP-JUD

Acerca do Estatuto Social e do Regimento Interno da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), julgue os seguintes itens.

21. O Presidente do Conselho Deliberativo será designado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal entre os representantes dos patrocinadores, cabendo-lhe, além do voto ordinário, obrigatoriamente o voto de qualidade em caso de empate.
22. As decisões do Comitê de Investimentos serão adotadas por maioria absoluta de votos, presente, no mínimo, a maioria absoluta de seus membros.
23. Caso seja necessário o acionamento do mecanismo de *stop loss* sem que tenha ocorrido a reunião do Comitê, o Diretor de Investimentos poderá reduzir o nível de risco dos investimentos em até 15% nas seguintes hipóteses: caso seja necessário o acionamento do mecanismo de *stop loss* sem a verificação do sinal de alerta, por conta da deterioração extremamente acelerada dos ativos financeiros; ou, impossibilidade de realização da reunião do Comitê entre a verificação do sinal de alerta e a do acionamento do mecanismo de *stop loss*.

O “Regulamento do Plano de Benefícios” dispõe sobre o plano de benefícios previdenciários denominado Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público – JusMP-Prev –, doravante designado Plano. Sobre esse diploma normativo, julgue os seguintes itens.

24. Verificado erro no valor de benefício pago, a Funpresp-Jud, após notificação do interessado, fará o devido acerto, pagando ou reavendo, conforme o caso, a diferença e podendo, na última hipótese, reter, nas prestações subsequentes, no máximo 15% (quinze por cento) do valor mensal do benefício, até completar a compensação.
25. O participante autopatrocinado poderá tornar-se participante vinculado, se ocorrer novo vínculo efetivo com patrocinador, desde que a nova base de contribuição seja igual ou inferior ao teto do RGPS, em se tratando de participante submetido ao

referido teto, ou, independente da nova base de contribuição, em se tratando de participante não submetido ao teto do RGPS.

26. Uma vez exercido o resgate, cessarão todos os compromissos do Plano para com o participante e seus beneficiários ou, na ausência destes, seus herdeiros legais, exceto quanto às prestações vincendas, no caso de opção pelo pagamento parcelado, e/ou aos eventuais recursos oriundos de portabilidade não resgatados.
27. “Índice do Plano” corresponde ao valor atual dos compromissos do PLANO relativos aos benefícios ainda não concedidos, destinado aos participantes ou aos seus beneficiários que ainda não entraram em gozo de benefício.

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) possui um Código de Ética e de Conduta aplicável a seus empregados, estagiários, dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e nos relacionamentos com o público externo, tais como: participantes, assistidos, patrocinadores e seus membros e servidores, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos fiscalizadores e demais entidades do sistema de previdência complementar. Sobre essa codificação, julgue os seguintes itens.

28. É vedado aos integrantes da Funpresp-Jud, assim compreendidos como os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, negociar, direta ou indiretamente, por si ou por pessoas que lhe sejam relacionadas, utilizando-se de informação privilegiada, direitos sobre títulos ou valores mobiliários e seus derivativos relativos às pessoas jurídicas nas quais a Funpresp-Jud aplique ou esteja em processo de aplicar o seu patrimônio, ressalvados os casos em que a atuação da Fundação não implique em alteração nos preços dos referidos ativos ou derivativos.
29. Os membros do Comitê, exceto aqueles detentores de mandato na Diretoria Executiva e nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação, terão estabilidade plena no emprego durante o mandato no Comitê de Ética e Conduta, em razão dos processos em que atue, sendo vedada a dispensa arbitrária ou com justa causa.
30. A perda do mandato de membro efetivo do Comitê de Ética e de Conduta pode se dar após o mandatário ausentar-se sem justificativa por pelo menos três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas durante o seu mandato, ou ainda por quebra de sigilo.

Raciocínio Lógico e Analítico

Chegando à sua repartição, o servidor Francisco percebeu que alguém havia deixado em sua mesa uma pasta de documentos. Começou, então, sua investigação interrogando os principais suspeitos, as quatro pessoas que trabalham na mesma sala que ele. Os suspeitos responderam:

Nonato:

– Não foi o José. Foi o Humberto.

Humberto:

– Não foi a Maria. Não foi o José.

Maria:

– Foi o José. Não foi o Nonato.

José:

– Foi a Maria. Foi o Humberto.

Sabendo que cada suspeito falou exatamente uma mentira, julgue os seguintes itens.

31. Humberto deixou a pasta em cima da mesa de Francisco.
32. José deixou a pasta em cima da mesa de Francisco.

Considerando o conteúdo e as características do raciocínio lógico e analítico, julgue os seguintes itens.

33. Quando temos um argumento formado por três proposições, sendo duas premissas e uma conclusão, trata-se então de um silogismo.
34. Se sou organizado, trabalho bem. Se não me atraso, me sinto confiante. Ontem me organizei e não me senti confiante. Logo, trabalhei bem, mas cheguei atrasado é um exemplo de argumento válido.
35. Se ontem o Euro estava em alta e estamos no final do ano, então teremos inflação. Ontem o Euro estava em alta e teremos inflação. Logo, estamos no final do ano é um exemplo de argumento válido.
36. Quando trabalho de manhã, folgo à tarde. Trabalhei hoje de manhã. Logo, folgarei hoje a tarde é um exemplo de raciocínio lógico por dedução.
37. Quando trabalho de manhã, folgo à tarde. Folguei à tarde, então pode ter acontecido de eu ter ido trabalhar no período da manhã é um exemplo de raciocínio lógico por indução, pois é a melhor explicação para o fato de eu folgar no período da tarde.

38. Numa argumentação por analogia, ressaltamos características em comum entre duas ou mais situações com o intuito de inferir conclusões parecidas. Porém, seja qual for essa relevância, um argumento por analogia é sempre um argumento indutivo e nunca um argumento dedutivo, isto é, trata-se de um argumento que da verdade das premissas infere a conclusão como provavelmente verdadeira, e não de um argumento no qual a verdade da conclusão se segue necessariamente da verdade das premissas.

Se Inês é analista de investimentos, então Joana é analista de conformidade. Se Karen não é analista de conformidade, então Inês é analista de investimentos. A analista de marketing é a mais velha das três. Sabe-se que cada uma das mulheres citadas exerce uma e somente uma das profissões mencionadas e que Joana não é analista de conformidade.

Dado o exposto, julgue os seguintes itens.

39. Karen é analista de conformidade e Joana é a mais velha das três mulheres citadas.
40. Inês é analista de marketing e Karen é analista de conformidade.

Noções da Previdência Complementar

À luz da Constituição Federal de 1988, julgue os seguintes itens.

41. O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de reintegração, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
42. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
43. Olívia pretende concorrer para o cargo de Deputada Federal nas eleições de 2022. Caso venha a ser eleita, ela deverá ser vinculada ao regime próprio de previdência social da União.

Acerca da Lei Complementar nº 108/2001, julgue os seguintes itens.

44. O mandato dos membros do conselho fiscal será de quatro anos, vedada a recondução.
45. É defesa aos patrocinadores a cessão de pessoal às entidades de previdência complementar que patrocinam, ainda que ressarcidos os custos correspondentes.

Com base no disposto na Lei nº 12.154/2009, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC –, julgue os seguintes itens.

46. O Ministério da Previdência Social estabelecerá metas de gestão e de desempenho para a PREVIC, mediante acordo celebrado entre o Ministro de Estado da Previdência Social e a Diretoria Colegiada da autarquia. As metas deverão referenciar-se ao período mínimo de dois anos, sendo periodicamente avaliadas e, quando necessário, revisadas.
47. O fato gerador da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC – é o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à PREVIC, sendo contribuintes da referida taxa as entidades fechadas de previdência complementar constituídas na forma da legislação.

Sobre o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar (Decreto nº 4.942/2003), julgue os seguintes itens.

48. Em atenção ao princípio da eficiência, em uma mesma atividade de fiscalização, será lavrado um único auto de infração contendo todas as infrações cometidas.
49. Da decisão do Secretário de Previdência Complementar que julgar o auto de infração caberá recurso ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar, com efeito suspensivo, no prazo de quinze dias, contado do recebimento da decisão-notificação.
50. Cinco anos depois de cumprida ou extinta a penalidade, não constará de certidão ou atestado expedido pela Secretaria de Previdência Complementar qualquer notícia ou referência a esta, salvo para a verificação de reincidência.

Conhecimentos Específicos

A respeito da Lei nº 11.053/2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefício de caráter previdenciário, julgue os seguintes itens.

51. É facultado aos participantes que ingressarem a partir de 1º de janeiro de 2005 em planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, das entidades de previdência complementar e das sociedades seguradoras, a opção por regime de tributação no qual os valores pagos aos próprios participantes ou aos assistidos, a título de benefícios ou resgates de valores acumulados, sujeitam-se à incidência de imposto de renda retido na fonte, na alíquota de 30% para recursos com prazo de acumulação inferior ou igual a 02 (dois anos).
52. Os fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, por ocasião do resgate.
53. Prazo de acumulação é o tempo decorrido entre o aporte de recursos no plano de benefícios mantido por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou em FAPI e o pagamento relativo ao resgate ou ao benefício, calculado na forma a ser disciplinada em ato conjunto da Secretaria da Receita Federal e do respectivo órgão fiscalizador das entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e FAPI, considerando-se o tempo de permanência, a forma e o prazo de recebimento e os valores aportados.

Acerca da Lei nº 12.618/2012, que autoriza a criação da Funpresp-Jud, julgue os seguintes itens.

54. Os planos de benefícios da Funpresp-Jud serão estruturados na modalidade de contribuição definida, nos termos da regulamentação estabelecida pelo órgão regulador das entidades fechadas de previdência complementar.
55. No que concerne à Funpresp-Jud, as propostas de aprovação do estatuto, a adesão de novos patrocinadores e de instituição de planos devem estar acompanhadas de manifestação favorável do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.
56. A aplicação dos recursos garantidores correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos dos planos de benefício da Funpresp-Jud obedecerá às diretrizes e aos limites prudenciais estabelecidos pelos conselhos deliberativos e fiscais.

Sobre as entidades abertas e fechadas de previdência complementar, julgue os itens a seguir.

57. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.
58. As entidades abertas deverão levantar no último dia útil de cada mês e semestre, respectivamente, balancetes mensais e balanços gerais, com observância das regras e dos critérios estabelecidos pelo órgão regulador.
59. As entidades fechadas têm como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, sendo vedada a prestação de quaisquer serviços que não estejam no âmbito de seu objeto, com exceção dos serviços assistenciais à saúde que poderão continuar a serem prestados quando a contabilização e o patrimônio são mantidos em conjunto com o plano previdenciário.
60. As entidades fechadas podem ser classificadas de acordo com os planos que administram, de acordo com seus patrocinadores ou instituidores, ou, ainda, por meio de outras formas que venham a ser definidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o regime próprio de previdência social, julgue os seguintes itens.

61. A aposentadoria compulsória do servidor abrangido por regime próprio de previdência social se dará com proventos proporcionais aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar.
62. As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo, sendo que 80% (oitenta por cento) dos maiores valores de remuneração considerados para cálculo do benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
63. Por meio de Lei Complementar Federal, as normas gerais de organização, funcionamento e de responsabilidade são estabelecidas aos regimes próprios existentes, enquanto que, por Lei Ordinária, são instituídos novos regimes próprios de previdência social.

A respeito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC –, julgue os seguintes itens.

64. A PREVIC tem uma estrutura básica composta por: Diretoria, Conselho Fiscal, Procuradoria Federal, Coordenações Gerais e Corregedoria.
65. A administração da PREVIC é feita por Diretoria Colegiada composta por 1 (um) Diretor-Superintendente e 4 (quatro) Diretores, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e de notória competência, a serem indicados pelo Ministro de Estado da Previdência Social e nomeados pelo Presidente da República.
66. A PREVIC atua como órgão de fiscalização e supervisão das atividades das entidades abertas e fechadas de previdência complementar, observadas as disposições constitucionais e legais aplicáveis.

Acerca da Lei nº 11.053/94 e o regime de tributação, julgue os seguintes itens.

67. Maria é participante do plano de benefícios de contribuição definida da Funpresp-Jud desde 13 de maio de 2011. Em 13 de maio de 2016, Maria realizou resgate dos valores acumulados, portanto, de acordo com a legislação vigente, obrigatoriamente a participante sofreu incidência de imposto de renda retido na fonte, na alíquota de 20% (vinte por cento).
68. Compete ao Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentar a periodicidade e a

metodologia de cálculo do prazo médio das carteiras de títulos e à Secretaria da Receita Federal fiscalizar a aplicação da taxa de juros, índice de preço e variação cambial.

69. Os resgates de valores acumulados pelos participantes de planos de benefício da Funpresp-Jud sofrerão obrigatoriamente incidência de imposto de renda na fonte, na forma da lei, conforme alíquotas progressivas que vão de 35% (trinta e cinco por cento) para recursos com prazo de acumulação igual ou inferior a 2 (dois) anos, até 10% (dez por cento) para recursos com prazo de acumulação superior a 10 (dez) e inferior a 15 (quinze) anos.
70. Não será sujeito à tributação o fundo de investimento que tiver sua carteira constituída por títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Sobre o custeio dos planos de benefícios previstos na Lei Complementar nº 108/2001, julgue os seguintes itens.

71. É responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive assistidos, o custeio dos planos de benefícios.
72. Além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, desde que haja contrapartida do patrocinador.
73. É vedado ao patrocinador assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.
74. É defeso ao patrocinador o custeio da despesa administrativa da entidade de previdência complementar, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

Em relação às ações das entidades de previdência complementar, julgue os seguintes itens.

75. As entidades de previdência complementar somente poderão instituir e operar planos de benefícios para os quais tenham autorização específica, segundo as normas aprovadas pelo órgão regulador e fiscalizador.
76. As entidades de previdência complementar poderão contratar operações de resseguro, por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador e fiscalizador, a fim de assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, observados o regulamento do respectivo plano e demais disposições legais e regulamentares.
77. As entidades de previdência complementar constituirão reservas técnicas, provisões e fundos, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC – e a Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC –, julgue os seguintes itens.

78. O CNPC é presidido pelo Ministro de Estado da Previdência Social e possui dois representantes das entidades fechadas de previdência complementar, todos com direito a voto.
79. A CRPC será composta por sete membros, dentre eles dois representantes de entidades fechadas de previdência complementar, sendo apenas um com direito a voto.
80. O CNPC e a CRPC reunir-se-ão, separadamente e em dias distintos, em sessões ordinárias a serem realizadas mensalmente para ambos os conselhos, podendo haver sessões extraordinárias sempre que for necessário o exame de matérias ou questões urgentes, a juízo do Presidente ou da maioria dos membros do colegiado.

Em relação à ética no serviço prestado pelas organizações públicas, julgue os seguintes itens.

81. O sociólogo Max Weber estabeleceu dois parâmetros éticos para orientar nossas ações ou atividades. Em termos mais específicos, orientamos nossos comportamentos pela ética da responsabilidade ou pela ética da convicção. No entanto esses padrões são diferentes e opostos.
82. As regras deontológicas tratam dos princípios do comportamento do servidor público. Nesse sentido, caso o servidor público deixe de prestar algum atendimento relacionado às responsabilidades do setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de filas ou qualquer outro tipo de atraso no serviço prestado, além de antiético, está cometendo um grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
83. É vedado ao servidor público utilizar informações privilegiadas, obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio. Caso isso aconteça, a comissão de ética do serviço público pode aplicar quatro tipos de penalidades: censura, advertência, repreensão e suspensão.
84. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal foi instituído por decreto e está dividido em três capítulos: o capítulo I trata das regras deontológicas, o capítulo II está relacionado com a instalação de comissões de ética e o capítulo III diz respeito ao sistema de punições.
85. Apenas o agente público poderá provocar a atuação da comissão de ética pública para a apuração de infração ética imputada a servidor público. A exceção ocorre nos crimes de peculato, ou seja, nesse caso, qualquer cidadão poderá provocar a atuação da comissão de ética pública.
86. Ocultar informações pensando no benefício do usuário faz do servidor um profissional ético em suas atividades, pois omitiu uma decisão que iria contra o interesse do usuário.
87. Os servidores públicos devem observar diversas ordens de responsabilidades, no exercício de suas funções. Nesse sentido, responsabilidade administrativa tem relação com atos ilícitos, definidos nos estatutos dos servidores. Já a responsabilidade civil diz respeito à

apuração de um dano causado por servidor público.

88. O exercício profissional da função pública se integra nas ações e na vida particular dos servidores públicos. Em outras palavras, sua conduta em relação à vida privada interfere no seu bom conceito da vida funcional.

Quanto ao trabalho em equipe, julgue os próximos itens.

89. Habilidades humanas estão relacionadas ao conhecimento de ideias e planejamento das atividades internas. Por isso, é papel do funcionário ter a capacidade de desenvolver estratégias, novos projetos e aprimorar os objetivos ao longo do tempo.
90. Conflito e competição nas organizações não podem ser considerados sintomas de que a equipe de trabalho não está atuando, efetivamente, como uma equipe.
91. Privilegiar apenas aspectos econômicos e o interesse da firma não é mais o foco do modelo atual de gestão de pessoas, que compreende a linha humanista de interação.
92. A quebra de comunicação em um setor de trabalho pode se dar por meio da ausência de colaboração entre os funcionários.
93. Em uma fase caótica do processo de formação de equipes de trabalho, as relações entre os membros de uma equipe tornam-se conflituosas e divergentes.
94. As equipes virtuais existem por meio da tecnologia da informação. Nesse sentido, a computação móvel permite processar informações em equipamentos portáteis e *workgroup computing* é considerado o conjunto de pessoas que participam das equipes virtuais.
95. As práticas e políticas de gestão de pessoas orientam a relação entre os gestores e as equipes de trabalho. Elas estabelecem quais diretrizes devem ser seguidas e como os processos internos devem ser conduzidos.
96. É atribuído ao papel socioemocional o empenho que o indivíduo tem em forjar interações interpessoais produtivas e perceptivas.
97. Comportamentos mais assertivos e colaborativos são problemas triviais encontrados em uma equipe de trabalho coesa.

98. A coordenação, o desenvolvimento do autocontrole do grupo, bem como o envolvimento de cada indivíduo nas tarefas gerais são características do trabalho em equipe.
99. Uma equipe de elevado desempenho possui algumas características e competências específicas. Dentre elas, destacam-se a definição de objetivos claros e aceitos por todos os membros, a percepção integrada da realidade em que a empresa se encontra e a decisão individual do líder da equipe.

O atendimento prioritário e a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida são regidos com base na Lei n.º 10.048/2000, na Lei n.º 10.098/2000 e no Decreto n.º 5.296/2004. A partir disso, julgue os itens a seguir.

100. Por possuírem mobilidade reduzida, permanente ou temporária, idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos são alocados no grupo prioritário.
101. Não há necessidade de reservar assentos para idosos, gestantes, obesos e pessoas portadoras de deficiência. Mesmo assim, as empresas de transporte público fazem essa destinação por cautela.
102. É facultativo aos órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, às empresas prestadoras de serviços públicos e às instituições financeiras prestar o serviço de atendimento a pessoas com deficiência auditiva por meio de intérpretes ou pessoas capacitadas em LIBRAS.
103. A referência à acessibilidade na Lei n.º 10.098/2000 diz respeito também à facilidade financeira que deve ser dada ao indivíduo com necessidade.

Em relação às ações voltadas ao atendimento e marketing, julgue os próximos itens.

104. O marketing possui algumas formas e alguns esquemas de aplicação nos negócios. Um deles diz respeito aos 4 Cs do marketing, ou seja, consumidor, custos do produto, comunicação e conveniência.
105. Podem ser reconhecidas como promoção as ações de marketing aplicadas em organizações de serviços que oferecem incentivos e vantagens para determinados grupos de clientes, com a finalidade de fomentar a venda e incentivar a experimentação.

106. Se for utilizada a hierarquia das necessidades humanas de Maslow, é possível afirmar que, para quem comercializa água, por exemplo, o perfil de consumo de quem paga R\$ 15,00 por uma garrafa de 800 ml, mineral e importada, encontra-se no nível das necessidades fisiológicas, pois tal produto é categorizado como um alimento.
107. Tanto o atendimento quanto o tratamento, quando bem realizados, podem contribuir para uma boa imagem da organização. Em outras palavras, se a pessoa tiver sido bem tratada e tiver suas expectativas atendidas, fará um feedback positivo da empresa.
108. O *Net Promoter Score* (NPS) avalia o nível de satisfação dos clientes por meio da seguinte pergunta: Você indicaria a empresa para um familiar ou amigo? Por meio dessa ferramenta, os clientes são classificados em 3 grupos, ou seja, detratores, neutros e promotores.
109. O desafio do marketing, quando relacionado à gestão pública, é a comunicação de governo. Na prática, tem relação com a propaganda eleitoral, sendo utilizado nas campanhas eleitorais.
110. O CRM (*Customer Relationship Management*) tem o objetivo de medir a qualidade dos serviços prestados. Essa ferramenta estabelece que a qualidade do serviço pode ser determinada por meio da seguinte relação: Qualidade do serviço = relação entre expectativas (E) e resultados (R).
111. O atendimento ao público está diretamente relacionado à qualidade do serviço da instituição, ou seja, é mais comum um cliente mal-atendido reclamar da empresa, não do atendente.
112. A venda por mala direta pesquisa o comportamento do consumidor e cria estratégias voltadas ao público final através de um plano de marketing estratégico.
113. Responsividade corresponde à avaliação dos serviços pelos clientes quanto à disposição ou à prontidão dos empregados ou profissionais que prestam o serviço.

Referente à etiqueta empresarial, julgue os seguintes itens

114. É um conjunto de regras que deve ser seguido no trato com fornecedores, nas negociações de compra e venda.
115. Em relação a um atendimento telefônico, a etiqueta empresarial ensina que respostas de cunho pessoal devem ser evitadas. Isto é, caso alguém ligue procurando por determinado funcionário, que está em horário de almoço, o atendente jamais deveria dizer que o funcionário está tomando café após o almoço, pois ele sempre faz isso.
116. Alguns convites para reuniões ou outros eventos podem conter a sigla RSVP, que é uma abreviação de uma expressão francesa: Répondez s'il vous plaît. O significado, em português, é: responda, por favor. Nesse caso, quando receber esse tipo de convite, você deve confirmar ou não sua presença.
117. O aperto de mão é um costume muito difundido no meio empresarial brasileiro. Quando for cumprimentar alguém com um aperto de mão, é importante virar a palma da sua mão para baixo. Esse gesto vai enfatizar sua postura de líder organizacional.
118. As conversas corriqueiras são comuns em eventos ou encontros de negócios. Uma forma de controlar esse tipo de conversa é fazer perguntas que estimulem respostas curtas: Como vai? Está se divertindo nesse evento? Conhece o novo diretor de marketing?
119. Em uma reunião de negócios, o planejamento é essencial. Nesse caso, a elaboração de um roteiro deve destacar três itens para cada assunto: o tema, o responsável pela discussão e o resultado esperado. Em reuniões de gestores gerentes, a variável tempo previsto por assunto pode ser desconsiderada.
120. Vestimentas não fazem parte da etiqueta empresarial, visto que é um item relacionado à personalidade de cada indivíduo. Portanto expressar sua liberdade de expressão por meio da vestimenta é aceito no ambiente de trabalho mais conservador.



ANALISTA - SEGURIDADE

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____

Nível
SUPERIORTurno
TARDE**PROVA****02****Lembre-se de marcar o número acima na folha de respostas!****instituto
aacp****Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal**

Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Prova, com **cento e vinte itens**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição.
- ✓ O julgamento de cada item da prova objetiva será **CERTO** ou **ERRADO**, sendo atribuído o valor de 1 (um) ponto para cada marcação em acordo com o gabarito oficial. Caso a marcação esteja em discordância com o gabarito oficial, o candidato receberá 1 (um) ponto negativo e 0 (zero) ponto caso não haja marcação ou haja marcação dupla.
- ✓ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar este Caderno e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo este Caderno somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AACP** no endereço eletrônico **www.institutoaocp.org.br**, conforme previsto em Edital.

Língua Portuguesa

Conto de você fica ressoando na memória

De: **Carlos Drummond de Andrade**
Para: **Lygia Fagundes Telles**

Contemporâneo de Lygia Fagundes Telles e 21 anos mais velho que ela, Drummond pôde acompanhar a trajetória de uma das maiores contistas da literatura brasileira e tecer considerações sobre a obra da amiga. É o que faz nesta carta em que comenta os contos de O jardim selvagem, publicado no ano anterior.

Rio de Janeiro, 28 [de] janeiro [de] 1966
Lygia querida,

Sabe que ganhei de Natal [...] um livro de contos [1] no qual o meu santo nome aparece no ofertório de uma das histórias mais legais, intitulada “A chave”, em que por trás da chave há um casal velho-com-moça e uma outra mulher na sombra, tudo expresso de maneira tão sutil que pega as mínimas ondulações do pensamento do homem, inclusive esta, feroz: chateado de tanta agitação animal da esposa, com o corpo sempre em movimento, o velho tem um relâmpago: “A perna quebrada seria uma solução...” Por sinal que comparei o texto do livro com o texto do jornal de há três anos, e verifiquei o minucioso trabalho de polimento que o conto recebeu. Parece escrito de novo, mais preciso e ao mesmo tempo mais vago, essa vaguidão que é um convite ao leitor para aprofundar a substância, um dizer múltiplo, quase feito de silêncio. Sim, ficou ainda melhor do que estava, mas alguma coisa da primeira versão foi sacrificada, e é esse o preço da obra acabada: não se pode aproveitar tudo que veio do primeiro jato, o autor tem de escolher e pôr de lado alguma coisa válida.

O livro está perfeito como unidade na variedade, a mão é segura e sabe sugerir a história profunda sob a história aparente. Até mesmo um conto passado na China[2] você consegue fazer funcionar, sem se perder no exotismo ou no jornalístico. Sua grande força me parece estar no psicologismo oculto sob a massa de elementos realistas, assimiláveis por qualquer um. Quem quer simplesmente uma estória tem quase sempre uma estória. Quem quer a verdade subterrânea das criaturas, que o comportamento social disfarça, encontra-a maravilhosamente captada por trás da estória. Unir as duas faces, superpostas, é arte da melhor. Você consegue isso.

Ciao, amiga querida. Desejo para você umas férias tranquilas, bem virgilianas. O abraço e a saudade do
Carlos

[1] N.S.: Trata-se de O jardim selvagem, livro de contos de Lygia publicado em 1965.
[2] N.S.: Referência ao conto “Meia-noite em ponto em Xangai”, incluído em O jardim selvagem.

Adaptado de <https://www.correioims.com.br/carta/conto-de-voce-fica-ressoando-na-memoria/>. Acesso em 20/09/2021.

Considerando os aspectos relacionados à organização das informações, à estruturação do texto de apoio e aos sentidos por ele expressos, julgue os seguintes itens.

1. Considerando a relação do título do texto com seu conteúdo, o termo “de você” tem função de indicar o agente produtor do conto e, com isso, poderia ser substituído pelo pronome possessivo “seu”, sem causar prejuízos semânticos ao enunciado.
2. O trecho “Quem quer simplesmente uma estória tem quase sempre uma estória.” retoma a “história aparente”, exposta pelo enunciador no início do 2º parágrafo.
3. No trecho “Parece escrito de novo, mais preciso e ao mesmo tempo mais vago [...]”, o emissor do texto caracteriza o conto a que se refere como incoerente, pois tem essa liberdade com a interlocutora, devido ao alto grau de intimidade entre os dois.
4. Em “Unir as duas faces, superpostas, é arte da melhor.”, a expressão qualitativa em destaque caracteriza-se pela ambiguidade, pois pode se referir tanto à Lygia Fagundes Telles quanto à qualidade da arte produzida por ela.
5. A partir da leitura do excerto “Até mesmo um conto passado na China você consegue fazer funcionar, sem se perder no exotismo ou no jornalístico.”, além de um elogio a sua interlocutora, é possível depreender uma crítica por parte do autor da carta a algum outro escritor.
6. O texto de apoio, na totalidade da sua composição, apresenta dois gêneros textuais, a saber: Resenha e Carta Argumentativa.

Considerando os aspectos linguísticos do texto de apoio e os sentidos por eles expressos, julgue os seguintes itens.

7. Em “[...] tudo expresso de maneira tão sutil que pega as mínimas ondulações do pensamento do homem [...]”, a expressão especificadora do homem pode ser substituída por humano sem acarretar mudanças de sentido ao texto.
8. Na primeira frase da carta, o pronome relativo esta deveria estar no plural para concordar com seu referente as mínimas ondulações.
9. Em “A perna quebrada seria uma solução...”, o uso do verbo no futuro do pretérito, aliado à predicação “uma solução”, indica a real necessidade de que o fato ocorra no futuro.
10. Em “[...] verifiquei o minucioso trabalho de polimento que o conto recebeu.”, o acréscimo de uma vírgula antes do “que” e a troca desse pronome por “o qual” manteriam a correção gramatical e o sentido original do texto.
11. Em “[...] por trás da chave há um casal velho-com-moça e uma outra mulher na sombra [...]”, o verbo da oração poderia ir para o plural para concordar com o sujeito composto da oração.
12. No texto introdutório à carta, o artigo definido presente no título da obra à qual a carta se refere poderia ser aglutinado à preposição que o precede, mantendo o sentido e o respeito às normas gramaticais.
13. A correção gramatical seria atendida ao se reescrever o trecho “Por sinal que comparei o texto do livro com o texto do jornal de há três anos [...]” da seguinte maneira: Por sinal, comparei a história do livro à do jornal de três anos atrás.
14. Em “É o que faz nesta carta em que comenta os contos de O jardim selvagem [...]”, o uso da preposição em destaque atende à regência do verbo “comenta”.
15. Em “O livro está perfeito como unidade na variedade, a mão é segura e sabe sugerir a história profunda sob a história aparente.”, as formas verbais estão conjugadas no presente do indicativo, auxiliando a construir o valor de verdade atemporal do enunciado.
16. Na última frase do 1º parágrafo, os sinais de dois-pontos poderiam ser substituídos pela expressão ou seja, utilizada entre vírgulas, sem prejudicar a correção e os sentidos do texto.
17. Em “[...] tudo expresso de maneira tão sutil que pega as mínimas ondulações do pensamento do homem [...]”, o advérbio de intensidade “tão” introduz uma relação de sentido explicativa entre as orações da frase.
18. Em “Drummond pôde acompanhar a trajetória de uma das maiores contistas da literatura brasileira [...]”, a expressão em destaque funciona como complemento do nome “trajetória”, exercendo, assim, a função de objeto indireto, por iniciar por preposição.
19. A expressão em destaque em “Sua grande força me parece estar no psicologismo oculto sob a massa de elementos realistas [...]”, em uma situação mais formal de comunicação, para atender às normas gramaticais, deveria ser redigida da seguinte maneira: parece-me estar.
20. No trecho “[...] com o texto do jornal de há três anos [...]”, o verbo há poderia ser substituído por a, desde que o advérbio “atrás” fosse acrescido ao final da expressão, mantendo-se, assim, as relações de sentido pretendidas pelo texto original.

Estrutura e Funcionamento da FUNPRESP-JUD

Acerca do Estatuto Social e do Regimento Interno da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), julgue os seguintes itens.

21. As decisões do Comitê de Investimentos serão adotadas por maioria absoluta de votos, presente, no mínimo, a maioria absoluta de seus membros.
22. Caso seja necessário o acionamento do mecanismo de *stop loss* sem que tenha ocorrido a reunião do Comitê, o Diretor de Investimentos poderá reduzir o nível de risco dos investimentos em até 15% nas seguintes hipóteses: caso seja necessário o acionamento do mecanismo de *stop loss* sem a verificação do sinal de alerta, por conta da deterioração extremamente acelerada dos ativos financeiros; ou, impossibilidade de realização da reunião do Comitê entre a verificação do sinal de alerta e a do acionamento do mecanismo de *stop loss*.
23. O Presidente do Conselho Deliberativo será designado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal entre os representantes dos patrocinadores, cabendo-lhe, além do voto ordinário, obrigatoriamente o voto de qualidade em caso de empate.

O “Regulamento do Plano de Benefícios” dispõe sobre o plano de benefícios previdenciários denominado Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público – JusMP-Prev –, doravante designado Plano. Sobre esse diploma normativo, julgue os seguintes itens.

24. O participante autopatrocinado poderá tornar-se participante vinculado, se ocorrer novo vínculo efetivo com patrocinador, desde que a nova base de contribuição seja igual ou inferior ao teto do RGPS, em se tratando de participante submetido ao referido teto, ou, independente da nova base de contribuição, em se tratando de participante não submetido ao teto do RGPS.

25. Uma vez exercido o resgate, cessarão todos os compromissos do Plano para com o participante e seus beneficiários ou, na ausência destes, seus herdeiros legais, exceto quanto às prestações vincendas, no caso de opção pelo pagamento parcelado, e/ou aos eventuais recursos oriundos de portabilidade não resgatados.
26. “Índice do Plano” corresponde ao valor atual dos compromissos do PLANO relativos aos benefícios ainda não concedidos, destinado aos participantes ou aos seus beneficiários que ainda não entraram em gozo de benefício.
27. Verificado erro no valor de benefício pago, a Funpresp-Jud, após notificação do interessado, fará o devido acerto, pagando ou reavendo, conforme o caso, a diferença e podendo, na última hipótese, reter, nas prestações subsequentes, no máximo 15% (quinze por cento) do valor mensal do benefício, até completar a compensação.

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) possui um Código de Ética e de Conduta aplicável a seus empregados, estagiários, dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e nos relacionamentos com o público externo, tais como: participantes, assistidos, patrocinadores e seus membros e servidores, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos fiscalizadores e demais entidades do sistema de previdência complementar. Sobre essa codificação, julgue os seguintes itens.

28. Os membros do Comitê, exceto aqueles detentores de mandato na Diretoria Executiva e nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação, terão estabilidade plena no emprego durante o mandato no Comitê de Ética e Conduta, em razão dos processos em que atue, sendo vedada a dispensa arbitrária ou com justa causa.
29. A perda do mandato de membro efetivo do Comitê de Ética e de Conduta pode se dar após o mandatário ausentar-se sem justificativa por pelo menos três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas durante o seu mandato, ou ainda por quebra de sigilo.
30. É vedado aos integrantes da Funpresp-Jud, assim compreendidos como os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, negociar, direta ou indiretamente, por si ou por pessoas que lhe sejam relacionadas, utilizando-se de informação privilegiada, direitos sobre títulos ou valores mobiliários e seus derivativos relativos às pessoas jurídicas nas quais a Funpresp-Jud aplique ou esteja em processo de aplicar o seu patrimônio, ressalvados os casos em que a atuação da Fundação não implique em alteração nos preços dos referidos ativos ou derivativos.

Raciocínio Lógico e Analítico

Chegando à sua repartição, o servidor Francisco percebeu que alguém havia deixado em sua mesa uma pasta de documentos. Começou, então, sua investigação interrogando os principais suspeitos, as quatro pessoas que trabalham na mesma sala que ele. Os suspeitos responderam:

Nonato:

– Não foi o José. Foi o Humberto.

Humberto:

– Não foi a Maria. Não foi o José.

Maria:

– Foi o José. Não foi o Nonato.

José:

– Foi a Maria. Foi o Humberto.

Sabendo que cada suspeito falou exatamente uma mentira, julgue os seguintes itens.

31. José deixou a pasta em cima da mesa de Francisco.
32. Humberto deixou a pasta em cima da mesa de Francisco.

Considerando o conteúdo e as características do raciocínio lógico e analítico, julgue os seguintes itens.

33. Se sou organizado, trabalho bem. Se não me atraso, me sinto confiante. Ontem me organizei e não me senti confiante. Logo, trabalhei bem, mas cheguei atrasado é um exemplo de argumento válido.
34. Se ontem o Euro estava em alta e estamos no final do ano, então teremos inflação. Ontem o Euro estava em alta e teremos inflação. Logo, estamos no final do ano é um exemplo de argumento válido.
35. Quando trabalho de manhã, folgo à tarde. Trabalhei hoje de manhã. Logo, folgarei hoje a tarde é um exemplo de raciocínio lógico por dedução.
36. Quando trabalho de manhã, folgo à tarde. Folgarei à tarde, então pode ter acontecido de eu ter ido trabalhar no período da manhã é um exemplo de raciocínio lógico por indução, pois é a melhor explicação para o fato de eu folgar no período da tarde.
37. Numa argumentação por analogia, ressaltamos características em comum entre duas ou mais situações com o intuito de inferir conclusões parecidas. Porém, seja qual for essa relevância, um argumento por analogia é sempre um argumento indutivo e nunca um argumento dedutivo, isto é, trata-se de um argumento

que da verdade das premissas infere a conclusão como provavelmente verdadeira, e não de um argumento no qual a verdade da conclusão se segue necessariamente da verdade das premissas.

38. Quando temos um argumento formado por três proposições, sendo duas premissas e uma conclusão, trata-se então de um silogismo.

Se Inês é analista de investimentos, então Joana é analista de conformidade. Se Karen não é analista de conformidade, então Inês é analista de investimentos. A analista de marketing é a mais velha das três. Sabe-se que cada uma das mulheres citadas exerce uma e somente uma das profissões mencionadas e que Joana não é analista de conformidade.

Dado o exposto, julgue os seguintes itens.

39. Inês é analista de marketing e Karen é analista de conformidade.
40. Karen é analista de conformidade e Joana é a mais velha das três mulheres citadas.

Noções da Previdência Complementar

À luz da Constituição Federal de 1988, julgue os seguintes itens.

41. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
42. Olívia pretende concorrer para o cargo de Deputada Federal nas eleições de 2022. Caso venha a ser eleita, ela deverá ser vinculada ao regime próprio de previdência social da União.
43. O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de reintegração, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

Acerca da Lei Complementar nº 108/2001, julgue os seguintes itens.

44. É defesa aos patrocinadores a cessão de pessoal às entidades de previdência complementar que patrocinam, ainda que ressarcidos os custos correspondentes.
45. O mandato dos membros do conselho fiscal será de quatro anos, vedada a recondução.

Com base no disposto na Lei nº 12.154/2009, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC –, julgue os seguintes itens.

46. O fato gerador da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC – é o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à PREVIC, sendo contribuintes da referida taxa as entidades fechadas de previdência complementar constituídas na forma da legislação.
47. O Ministério da Previdência Social estabelecerá metas de gestão e de desempenho para a PREVIC, mediante acordo celebrado entre o Ministro de Estado da Previdência Social e a Diretoria Colegiada da autarquia. As metas deverão referenciar-se ao período mínimo de dois anos, sendo periodicamente avaliadas e, quando necessário, revisadas.

Sobre o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar (Decreto nº 4.942/2003), julgue os seguintes itens.

48. Da decisão do Secretário de Previdência Complementar que julgar o auto de infração caberá recurso ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar, com efeito suspensivo, no prazo de quinze dias, contado do recebimento da decisão-notificação.
49. Cinco anos depois de cumprida ou extinta a penalidade, não constará de certidão ou atestado expedido pela Secretaria de Previdência Complementar qualquer notícia ou referência a esta, salvo para a verificação de reincidência.
50. Em atenção ao princípio da eficiência, em uma mesma atividade de fiscalização, será lavrado um único auto de infração contendo todas as infrações cometidas.

Conhecimentos Específicos

Acerca da Lei nº 12.618/2012, que autoriza a criação da Funpresp-Jud, julgue os seguintes itens.

51. Os planos de benefícios da Funpresp-Jud serão estruturados na modalidade de contribuição definida, nos termos da regulamentação estabelecida pelo órgão regulador das entidades fechadas de previdência complementar.
52. No que concerne à Funpresp-Jud, as propostas de aprovação do estatuto, a adesão de novos patrocinadores e de instituição de planos devem estar acompanhadas de manifestação favorável do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.
53. A aplicação dos recursos garantidores correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos dos planos de benefício da Funpresp-Jud obedecerá às diretrizes e aos limites prudenciais estabelecidos pelos conselhos deliberativos e fiscais.

Sobre as entidades abertas e fechadas de previdência complementar, julgue os itens a seguir.

54. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.
55. As entidades abertas deverão levantar no último dia útil de cada mês e semestre, respectivamente, balancetes mensais e balanços gerais, com observância das regras e dos critérios estabelecidos pelo órgão regulador.
56. As entidades fechadas têm como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, sendo vedada a prestação de quaisquer serviços que não estejam no âmbito de seu objeto, com exceção dos serviços assistenciais à saúde que poderão continuar a serem prestados quando a contabilização e o patrimônio são mantidos em conjunto com o plano previdenciário.

57. As entidades fechadas podem ser classificadas de acordo com os planos que administram, de acordo com seus patrocinadores ou instituidores, ou, ainda, por meio de outras formas que venham a ser definidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o regime próprio de previdência social, julgue os seguintes itens.

58. A aposentadoria compulsória do servidor abrangido por regime próprio de previdência social se dará com proventos proporcionais aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar.
59. As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo, sendo que 80% (oitenta por cento) dos maiores valores de remuneração considerados para cálculo do benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
60. Por meio de Lei Complementar Federal, as normas gerais de organização, funcionamento e de responsabilidade são estabelecidas aos regimes próprios existentes, enquanto que, por Lei Ordinária, são instituídos novos regimes próprios de previdência social.

A respeito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC –, julgue os seguintes itens.

61. A PREVIC tem uma estrutura básica composta por: Diretoria, Conselho Fiscal, Procuradoria Federal, Coordenações Gerais e Corregedoria.
62. A administração da PREVIC é feita por Diretoria Colegiada composta por 1 (um) Diretor-Superintendente e 4 (quatro) Diretores, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e de notória competência, a serem indicados pelo Ministro de Estado da Previdência Social e nomeados pelo Presidente da República.
63. A PREVIC atua como órgão de fiscalização e supervisão das atividades das entidades abertas e fechadas de previdência complementar, observadas as disposições constitucionais e legais aplicáveis.

Acerca da Lei nº 11.053/94 e o regime de tributação, julgue os seguintes itens.

64. Maria é participante do plano de benefícios de contribuição definida da Funpresp-Jud desde 13 de maio de 2011. Em 13 de maio de 2016, Maria realizou resgate dos valores acumulados, portanto, de acordo com a legislação vigente, obrigatoriamente a participante sofreu incidência de imposto de renda retido na fonte, na alíquota de 20% (vinte por cento).
65. Compete ao Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentar a periodicidade e a metodologia de cálculo do prazo médio das carteiras de títulos e à Secretaria da Receita Federal fiscalizar a aplicação da taxa de juros, índice de preço e variação cambial.
66. Os resgates de valores acumulados pelos participantes de planos de benefício da Funpresp-Jud sofrerão obrigatoriamente incidência de imposto de renda na fonte, na forma da lei, conforme alíquotas progressivas que vão de 35% (trinta e cinco por cento) para recursos com prazo de acumulação igual ou inferior a 2 (dois) anos, até 10% (dez por cento) para recursos com prazo de acumulação superior a 10 (dez) e inferior a 15 (quinze) anos.
67. Não será sujeito à tributação o fundo de investimento que tiver sua carteira constituída por títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Sobre o custeio dos planos de benefícios previstos na Lei Complementar nº 108/2001, julgue os seguintes itens.

68. É responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive assistidos, o custeio dos planos de benefícios.
69. Além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, desde que haja contrapartida do patrocinador.
70. É vedado ao patrocinador assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.
71. É defeso ao patrocinador o custeio da despesa administrativa da entidade de previdência complementar, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

Em relação às ações das entidades de previdência complementar, julgue os seguintes itens.

72. As entidades de previdência complementar somente poderão instituir e operar planos de benefícios para os quais tenham autorização específica, segundo as normas aprovadas pelo órgão regulador e fiscalizador.
73. As entidades de previdência complementar poderão contratar operações de resseguro, por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador e fiscalizador, a fim de assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, observados o regulamento do respectivo plano e demais disposições legais e regulamentares.
74. As entidades de previdência complementar constituirão reservas técnicas, provisões e fundos, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC – e a Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC –, julgue os seguintes itens.

75. O CNPC é presidido pelo Ministro de Estado da Previdência Social e possui dois representantes das entidades fechadas de previdência complementar, todos com direito a voto.
76. A CRPC será composta por sete membros, dentre eles dois representantes de entidades fechadas de previdência complementar, sendo apenas um com direito a voto.
77. O CNPC e a CRPC reunir-se-ão, separadamente e em dias distintos, em sessões ordinárias a serem realizadas mensalmente para ambos os conselhos, podendo haver sessões extraordinárias sempre que for necessário o exame de matérias ou questões urgentes, a juízo do Presidente ou da maioria dos membros do colegiado.

A respeito da Lei nº 11.053/2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefício de caráter previdenciário, julgue os seguintes itens.

78. É facultado aos participantes que ingressarem a partir de 1º de janeiro de 2005 em planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, das entidades de previdência complementar e das sociedades seguradoras, a opção por regime de tributação no qual os valores pagos aos próprios participantes ou aos assistidos, a título de benefícios ou resgates de valores acumulados, sujeitam-se à incidência de imposto de renda retido na fonte, na alíquota de 30% para recursos com prazo de acumulação inferior ou igual a 02 (dois anos).
79. Os fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, por ocasião do resgate.
80. Prazo de acumulação é o tempo decorrido entre o aporte de recursos no plano de benefícios mantido por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou em FAPI e o pagamento relativo ao resgate ou ao benefício, calculado na forma a ser disciplinada em ato conjunto da Secretaria da Receita Federal e do respectivo órgão fiscalizador das entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e FAPI, considerando-se o tempo de permanência, a forma e o prazo de recebimento e os valores aportados.

Quanto ao trabalho em equipe, julgue os próximos itens.

81. Habilidades humanas estão relacionadas ao conhecimento de ideias e planejamento das atividades internas. Por isso, é papel do funcionário ter a capacidade de desenvolver estratégias, novos projetos e aprimorar os objetivos ao longo do tempo.
82. Conflito e competição nas organizações não podem ser considerados sintomas de que a equipe de trabalho não está atuando, efetivamente, como uma equipe.
83. Privilegiar apenas aspectos econômicos e o interesse da firma não é mais o foco do modelo atual de gestão de pessoas, que compreende a linha humanista de interação.
84. A quebra de comunicação em um setor de trabalho pode se dar por meio da ausência de colaboração entre os funcionários.
85. Em uma fase caótica do processo de formação de equipes de trabalho, as relações entre os membros de uma equipe tornam-se conflituosas e divergentes.
86. As equipes virtuais existem por meio da tecnologia da informação. Nesse sentido, a computação móvel permite processar informações em equipamentos portáteis e *workgroup computing* é considerado o conjunto de pessoas que participam das equipes virtuais.
87. As práticas e políticas de gestão de pessoas orientam a relação entre os gestores e as equipes de trabalho. Elas estabelecem quais diretrizes devem ser seguidas e como os processos internos devem ser conduzidos.
88. É atribuído ao papel socioemocional o empenho que o indivíduo tem em forjar interações interpessoais produtivas e perceptivas.
89. Comportamentos mais assertivos e colaborativos são problemas triviais encontrados em uma equipe de trabalho coesa.
90. A coordenação, o desenvolvimento do autocontrole do grupo, bem como o envolvimento de cada indivíduo nas tarefas gerais são características do trabalho em equipe.
91. Uma equipe de elevado desempenho possui algumas características e competências específicas. Dentre elas, destacam-se a definição de objetivos claros e aceitos por todos os membros, a percepção integrada da realidade em que a empresa se encontra e a decisão individual do líder da equipe.

O atendimento prioritário e a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida são regidos com base na Lei n.º 10.048/2000, na Lei n.º 10.098/2000 e no Decreto n.º 5.296/2004. A partir disso, julgue os itens a seguir.

92. Por possuírem mobilidade reduzida, permanente ou temporária, idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos são alocados no grupo prioritário.
93. Não há necessidade de reservar assentos para idosos, gestantes, obesos e pessoas portadoras de deficiência. Mesmo assim, as empresas de transporte público fazem essa destinação por cautela.
94. É facultativo aos órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, às empresas prestadoras de serviços públicos e às instituições financeiras prestar o serviço de atendimento a pessoas com deficiência auditiva por meio de intérpretes ou pessoas capacitadas em LIBRAS.
95. A referência à acessibilidade na Lei n.º 10.098/2000 diz respeito também à facilidade financeira que deve ser dada ao indivíduo com necessidade.

Em relação às ações voltadas ao atendimento e marketing, julgue os próximos itens.

96. O marketing possui algumas formas e alguns esquemas de aplicação nos negócios. Um deles diz respeito aos 4 Cs do marketing, ou seja, consumidor, custos do produto, comunicação e conveniência.
97. Podem ser reconhecidas como promoção as ações de marketing aplicadas em organizações de serviços que oferecem incentivos e vantagens para determinados grupos de clientes, com a finalidade de fomentar a venda e incentivar a experimentação.
98. Se for utilizada a hierarquia das necessidades humanas de Maslow, é possível afirmar que, para quem comercializa água, por exemplo, o perfil de consumo de quem paga R\$ 15,00 por uma garrafa de 800 ml, mineral e importada, encontra-se no nível das necessidades fisiológicas, pois tal produto é categorizado como um alimento.
99. Tanto o atendimento quanto o tratamento, quando bem realizados, podem contribuir para uma boa imagem da organização. Em outras palavras, se a pessoa tiver sido bem tratada e tiver suas expectativas atendidas, fará um feedback positivo da empresa.

100. O *Net Promoter Score* (NPS) avalia o nível de satisfação dos clientes por meio da seguinte pergunta: Você indicaria a empresa para um familiar ou amigo? Por meio dessa ferramenta, os clientes são classificados em 3 grupos, ou seja, detratores, neutros e promotores.
101. O desafio do marketing, quando relacionado à gestão pública, é a comunicação de governo. Na prática, tem relação com a propaganda eleitoral, sendo utilizado nas campanhas eleitorais.
102. O CRM (*Customer Relationship Management*) tem o objetivo de medir a qualidade dos serviços prestados. Essa ferramenta estabelece que a qualidade do serviço pode ser determinada por meio da seguinte relação: Qualidade do serviço = relação entre expectativas (E) e resultados (R).
103. O atendimento ao público está diretamente relacionado à qualidade do serviço da instituição, ou seja, é mais comum um cliente mal-atendido reclamar da empresa, não do atendente.
104. A venda por mala direta pesquisa o comportamento do consumidor e cria estratégias voltadas ao público final através de um plano de marketing estratégico.
105. Responsividade corresponde à avaliação dos serviços pelos clientes quanto à disposição ou à prontidão dos empregados ou profissionais que prestam o serviço.

Referente à etiqueta empresarial, julgue os seguintes itens

106. É um conjunto de regras que deve ser seguido no trato com fornecedores, nas negociações de compra e venda.
107. Em relação a um atendimento telefônico, a etiqueta empresarial ensina que respostas de cunho pessoal devem ser evitadas. Isto é, caso alguém ligue procurando por determinado funcionário, que está em horário de almoço, o atendente jamais deveria dizer que o funcionário está tomando café após o almoço, pois ele sempre faz isso.
108. Alguns convites para reuniões ou outros eventos podem conter a sigla RSVP, que é uma abreviação de uma expressão francesa: *Répondez s'il vous plaît*. O significado, em português, é: responda, por favor. Nesse caso, quando receber esse tipo de convite, você deve confirmar ou não sua presença.
109. O aperto de mão é um costume muito difundido no meio empresarial brasileiro. Quando for cumprimentar alguém com um aperto de mão, é importante virar a palma da sua mão para baixo. Esse gesto vai enfatizar sua postura de líder organizacional.
110. As conversas corriqueiras são comuns em eventos ou encontros de negócios. Uma forma de controlar esse tipo de conversa é fazer perguntas que estimulem respostas curtas: Como vai? Está se divertindo nesse evento? Conhece o novo diretor de marketing?
111. Em uma reunião de negócios, o planejamento é essencial. Nesse caso, a elaboração de um roteiro deve destacar três itens para cada assunto: o tema, o responsável pela discussão e o resultado esperado. Em reuniões de gestores gerentes, a variável tempo previsto por assunto pode ser desconsiderada.
112. Vestimentas não fazem parte da etiqueta empresarial, visto que é um item relacionado à personalidade de cada indivíduo. Portanto expressar sua liberdade de expressão por meio da vestimenta é aceito no ambiente de trabalho mais conservador.

Em relação à ética no serviço prestado pelas organizações públicas, julgue os seguintes itens.

- 113.** O sociólogo Max Weber estabeleceu dois parâmetros éticos para orientar nossas ações ou atividades. Em termos mais específicos, orientamos nossos comportamentos pela ética da responsabilidade ou pela ética da convicção. No entanto esses padrões são diferentes e opostos.
- 114.** As regras deontológicas tratam dos princípios do comportamento do servidor público. Nesse sentido, caso o servidor público deixe de prestar algum atendimento relacionado às responsabilidades do setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de filas ou qualquer outro tipo de atraso no serviço prestado, além de antiético, está cometendo um grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- 115.** É vedado ao servidor público utilizar informações privilegiadas, obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio. Caso isso aconteça, a comissão de ética do serviço público pode aplicar quatro tipos de penalidades: censura, advertência, repreensão e suspensão.
- 116.** O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal foi instituído por decreto e está dividido em três capítulos: o capítulo I trata das regras deontológicas, o capítulo II está relacionado com a instalação de comissões de ética e o capítulo III diz respeito ao sistema de punições.
- 117.** Apenas o agente público poderá provocar a atuação da comissão de ética pública para a apuração de infração ética imputada a servidor público. A exceção ocorre nos crimes de peculato, ou seja, nesse caso, qualquer cidadão poderá provocar a atuação da comissão de ética pública.
- 118.** Ocultar informações pensando no benefício do usuário faz do servidor um profissional ético em suas atividades, pois omitiu uma decisão que iria contra o interesse do usuário.
- 119.** Os servidores públicos devem observar diversas ordens de responsabilidades, no exercício de suas funções. Nesse sentido, responsabilidade administrativa tem relação com atos ilícitos, definidos nos estatutos dos servidores. Já a responsabilidade civil diz respeito à
- apuração de um dano causado por servidor público.
- 120.** O exercício profissional da função pública se integra nas ações e na vida particular dos servidores públicos. Em outras palavras, sua conduta em relação à vida privada interfere no seu bom conceito da vida funcional.



ANALISTA - SEGURIDADE

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____

Nível
SUPERIORTurno
TARDE**PROVA****03****Lembre-se de marcar o número acima na folha de respostas!****instituto
aocp****Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal**

Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Prova, com **cento e vinte itens**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição.
- ✓ O julgamento de cada item da prova objetiva será **CERTO** ou **ERRADO**, sendo atribuído o valor de 1 (um) ponto para cada marcação em acordo com o gabarito oficial. Caso a marcação esteja em discordância com o gabarito oficial, o candidato receberá 1 (um) ponto negativo e 0 (zero) ponto caso não haja marcação ou haja marcação dupla.
- ✓ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar este Caderno e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo este Caderno somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOCp** no endereço eletrônico **www.institutoaocp.org.br**, conforme previsto em Edital.

Língua Portuguesa

Conto de você fica ressoando na memória

De: **Carlos Drummond de Andrade**
Para: **Lygia Fagundes Telles**

Contemporâneo de Lygia Fagundes Telles e 21 anos mais velho que ela, Drummond pôde acompanhar a trajetória de uma das maiores contistas da literatura brasileira e tecer considerações sobre a obra da amiga. É o que faz nesta carta em que comenta os contos de O jardim selvagem, publicado no ano anterior.

Rio de Janeiro, 28 [de] janeiro [de] 1966

Lygia querida,

Sabe que ganhei de Natal [...] um livro de contos [1] no qual o meu santo nome aparece no ofertório de uma das histórias mais legais, intitulada “A chave”, em que por trás da chave há um casal velho-com-moça e uma outra mulher na sombra, tudo expresso de maneira tão sutil que pega as mínimas ondulações do pensamento do homem, inclusive esta, feroz: chateado de tanta agitação animal da esposa, com o corpo sempre em movimento, o velho tem um relâmpago: “A perna quebrada seria uma solução...” Por sinal que comparei o texto do livro com o texto do jornal de há três anos, e verifiquei o minucioso trabalho de polimento que o conto recebeu. Parece escrito de novo, mais preciso e ao mesmo tempo mais vago, essa vaguidão que é um convite ao leitor para aprofundar a substância, um dizer múltiplo, quase feito de silêncio. Sim, ficou ainda melhor do que estava, mas alguma coisa da primeira versão foi sacrificada, e é esse o preço da obra acabada: não se pode aproveitar tudo que veio do primeiro jato, o autor tem de escolher e pôr de lado alguma coisa válida.

O livro está perfeito como unidade na variedade, a mão é segura e sabe sugerir a história profunda sob a história aparente. Até mesmo um conto passado na China[2] você consegue fazer funcionar, sem se perder no exotismo ou no jornalístico. Sua grande força me parece estar no psicologismo oculto sob a massa de elementos realistas, assimiláveis por qualquer um. Quem quer simplesmente uma estória tem quase sempre uma estória. Quem quer a verdade subterrânea das criaturas, que o comportamento social disfarça, encontra-a maravilhosamente captada por trás da estória. Unir as duas faces, superpostas, é arte da melhor. Você consegue isso.

Ciao, amiga querida. Desejo para você umas férias tranquilas, bem virgilianas. O abraço e a saudade do

Carlos

[1] N.S.: Trata-se de O jardim selvagem, livro de contos de Lygia publicado em 1965.

[2] N.S.: Referência ao conto “Meia-noite em ponto em Xangai”, incluído em O jardim selvagem.

Adaptado de <https://www.correioims.com.br/carta/conto-de-voce-fica-ressoando-na-memoria/>. Acesso em 20/09/2021.

Considerando os aspectos relacionados à organização das informações, à estruturação do texto de apoio e aos sentidos por ele expressos, julgue os seguintes itens.

1. O trecho “Quem quer simplesmente uma estória tem quase sempre uma estória.” retoma a “história aparente”, exposta pelo enunciador no início do 2º parágrafo.
2. No trecho “Parece escrito de novo, mais preciso e ao mesmo tempo mais vago [...]”, o emissor do texto caracteriza o conto a que se refere como incoerente, pois tem essa liberdade com a interlocutora, devido ao alto grau de intimidade entre os dois.
3. Em “Unir as duas faces, superpostas, é arte da melhor.”, a expressão qualitativa em destaque caracteriza-se pela ambiguidade, pois pode se referir tanto à Lygia Fagundes Telles quanto à qualidade da arte produzida por ela.
4. A partir da leitura do excerto “Até mesmo um conto passado na China você consegue fazer funcionar, sem se perder no exotismo ou no jornalístico.”, além de um elogio a sua interlocutora, é possível depreender uma crítica por parte do autor da carta a algum outro escritor.
5. O texto de apoio, na totalidade da sua composição, apresenta dois gêneros textuais, a saber: Resenha e Carta Argumentativa.
6. Considerando a relação do título do texto com seu conteúdo, o termo “de você” tem função de indicar o agente produtor do conto e, com isso, poderia ser substituído pelo pronome possessivo “seu”, sem causar prejuízos semânticos ao enunciado.

Considerando os aspectos linguísticos do texto de apoio e os sentidos por eles expressos, julgue os seguintes itens.

7. Na primeira frase da carta, o pronome relativo esta deveria estar no plural para concordar com seu referente as mínimas ondulações.
8. Em “A perna quebrada seria uma solução...”, o uso do verbo no futuro do pretérito, aliado à predicação “uma solução”, indica a real necessidade de que o fato ocorra no futuro.
9. Em “[...] verifiquei o minucioso trabalho de polimento que o conto recebeu.”, o acréscimo de uma vírgula antes do “que” e a troca desse pronome por “o qual” manteriam a correção gramatical e o sentido original do texto.
10. Em “[...] por trás da chave há um casal velho-com-moça e uma outra mulher na sombra [...]”, o verbo da oração poderia ir para o plural para concordar com o sujeito composto da oração.
11. No texto introdutório à carta, o artigo definido presente no título da obra à qual a carta se refere poderia ser aglutinado à preposição que o precede, mantendo o sentido e o respeito às normas gramaticais.
12. A correção gramatical seria atendida ao se reescrever o trecho “Por sinal que comparei o texto do livro com o texto do jornal de há três anos [...]” da seguinte maneira: Por sinal, comparei a história do livro à do jornal de três anos atrás.
13. Em “É o que faz nesta carta em que comenta os contos de O jardim selvagem [...]”, o uso da preposição em destaque atende à regência do verbo “comenta”.
14. Em “O livro está perfeito como unidade na variedade, a mão é segura e sabe sugerir a história profunda sob a história aparente.”, as formas verbais estão conjugadas no presente do indicativo, auxiliando a construir o valor de verdade atemporal do enunciado.
15. Na última frase do 1º parágrafo, os sinais de dois-pontos poderiam ser substituídos pela expressão ou seja, utilizada entre vírgulas, sem prejudicar a correção e os sentidos do texto.
16. Em “[...] tudo expresso de maneira tão sutil que pega as mínimas ondulações do pensamento do homem [...]”, o advérbio de intensidade “tão” introduz uma relação de sentido explicativa entre as orações da frase.
17. Em “Drummond pôde acompanhar a trajetória de uma das maiores contistas da literatura brasileira [...]”, a expressão em destaque funciona como complemento do nome “trajetória”, exercendo, assim, a função de objeto indireto, por iniciar por preposição.
18. A expressão em destaque em “Sua grande força me parece estar no psicologismo oculto sob a massa de elementos realistas [...]”, em uma situação mais formal de comunicação, para atender às normas gramaticais, deveria ser redigida da seguinte maneira: parece-me estar.
19. No trecho “[...] com o texto do jornal de há três anos [...]”, o verbo há poderia ser substituído por a, desde que o advérbio “atrás” fosse acrescido ao final da expressão, mantendo-se, assim, as relações de sentido pretendidas pelo texto original.
20. Em “[...] tudo expresso de maneira tão sutil que pega as mínimas ondulações do pensamento do homem [...]”, a expressão especificadora do homem pode ser substituída por humano sem acarretar mudanças de sentido ao texto.

Estrutura e Funcionamento da FUNPRESP-JUD

Acerca do Estatuto Social e do Regimento Interno da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), julgue os seguintes itens.

21. Caso seja necessário o acionamento do mecanismo de *stop loss* sem que tenha ocorrido a reunião do Comitê, o Diretor de Investimentos poderá reduzir o nível de risco dos investimentos em até 15% nas seguintes hipóteses: caso seja necessário o acionamento do mecanismo de *stop loss* sem a verificação do sinal de alerta, por conta da deterioração extremamente acelerada dos ativos financeiros; ou, impossibilidade de realização da reunião do Comitê entre a verificação do sinal de alerta e a do acionamento do mecanismo de *stop loss*.
22. O Presidente do Conselho Deliberativo será designado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal entre os representantes dos patrocinadores, cabendo-lhe, além do voto ordinário, obrigatoriamente o voto de qualidade em caso de empate.
23. As decisões do Comitê de Investimentos serão adotadas por maioria absoluta de votos, presente, no mínimo, a maioria absoluta de seus membros.

O “Regulamento do Plano de Benefícios” dispõe sobre o plano de benefícios previdenciários denominado Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público – JusMP-Prev –, doravante designado Plano. Sobre esse diploma normativo, julgue os seguintes itens.

24. Uma vez exercido o resgate, cessarão todos os compromissos do Plano para com o participante e seus beneficiários ou, na ausência destes, seus herdeiros legais, exceto quanto às prestações vincendas, no caso de opção pelo pagamento parcelado, e/ou aos eventuais recursos oriundos de portabilidade não resgatados.

25. “Índice do Plano” corresponde ao valor atual dos compromissos do PLANO relativos aos benefícios ainda não concedidos, destinado aos participantes ou aos seus beneficiários que ainda não entraram em gozo de benefício.
26. Verificado erro no valor de benefício pago, a Funpresp-Jud, após notificação do interessado, fará o devido acerto, pagando ou reavendo, conforme o caso, a diferença e podendo, na última hipótese, reter, nas prestações subsequentes, no máximo 15% (quinze por cento) do valor mensal do benefício, até completar a compensação.
27. O participante autopatrocinado poderá tornar-se participante vinculado, se ocorrer novo vínculo efetivo com patrocinador, desde que a nova base de contribuição seja igual ou inferior ao teto do RGPS, em se tratando de participante submetido ao referido teto, ou, independente da nova base de contribuição, em se tratando de participante não submetido ao teto do RGPS.

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) possui um Código de Ética e de Conduta aplicável a seus empregados, estagiários, dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e nos relacionamentos com o público externo, tais como: participantes, assistidos, patrocinadores e seus membros e servidores, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos fiscalizadores e demais entidades do sistema de previdência complementar. Sobre essa codificação, julgue os seguintes itens.

28. A perda do mandato de membro efetivo do Comitê de Ética e de Conduta pode se dar após o mandatário ausentar-se sem justificativa por pelo menos três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas durante o seu mandato, ou ainda por quebra de sigilo.
29. É vedado aos integrantes da Funpresp-Jud, assim compreendidos como os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, negociar, direta ou indiretamente, por si ou por pessoas que lhe sejam relacionadas, utilizando-se de informação privilegiada, direitos sobre títulos ou valores mobiliários e seus derivativos relativos às pessoas jurídicas nas quais a Funpresp-Jud aplique ou esteja em processo de aplicar o seu patrimônio, ressalvados os casos em que a atuação da Fundação não implique em alteração nos preços dos referidos ativos ou derivativos.
30. Os membros do Comitê, exceto aqueles detentores de mandato na Diretoria Executiva e nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação, terão estabilidade plena no emprego durante o mandato no Comitê de Ética e Conduta, em razão dos processos em que atue, sendo vedada a dispensa arbitrária ou com justa causa.

Raciocínio Lógico e Analítico

Se Inês é analista de investimentos, então Joana é analista de conformidade. Se Karen não é analista de conformidade, então Inês é analista de investimentos. A analista de marketing é a mais velha das três. Sabe-se que cada uma das mulheres citadas exerce uma e somente uma das profissões mencionadas e que Joana não é analista de conformidade.

Dado o exposto, julgue os seguintes itens.

31. Inês é analista de marketing e Karen é analista de conformidade.
32. Karen é analista de conformidade e Joana é a mais velha das três mulheres citadas.

Considerando o conteúdo e as características do raciocínio lógico e analítico, julgue os seguintes itens.

33. Se ontem o Euro estava em alta e estamos no final do ano, então teremos inflação. Ontem o Euro estava em alta e teremos inflação. Logo, estamos no final do ano é um exemplo de argumento válido.
34. Quando trabalho de manhã, folgo à tarde. Trabalhei hoje de manhã. Logo, folgarei hoje a tarde é um exemplo de raciocínio lógico por dedução.
35. Quando trabalho de manhã, folgo à tarde. Folguei à tarde, então pode ter acontecido de eu ter ido trabalhar no período da manhã é um exemplo de raciocínio lógico por indução, pois é a melhor explicação para o fato de eu folgar no período da tarde.
36. Numa argumentação por analogia, ressaltamos características em comum entre duas ou mais situações com o intuito de inferir conclusões parecidas. Porém, seja qual for essa relevância, um argumento por analogia é sempre um argumento indutivo e nunca um argumento dedutivo, isto é, trata-se de um argumento que da verdade das premissas infere a conclusão como provavelmente verdadeira, e não de um argumento no qual a verdade da conclusão se segue necessariamente da verdade das premissas.
37. Quando temos um argumento formado por três proposições, sendo duas premissas e uma conclusão, trata-se então de um silogismo.

38. Se sou organizado, trabalho bem. Se não me atraso, me sinto confiante. Ontem me organizei e não me senti confiante. Logo, trabalhei bem, mas cheguei atrasado é um exemplo de argumento válido.

Chegando à sua repartição, o servidor Francisco percebeu que alguém havia deixado em sua mesa uma pasta de documentos. Começou, então, sua investigação interrogando os principais suspeitos, as quatro pessoas que trabalham na mesma sala que ele. Os suspeitos responderam:

Nonato:

– Não foi o José. Foi o Humberto.

Humberto:

– Não foi a Maria. Não foi o José.

Maria:

– Foi o José. Não foi o Nonato.

José:

– Foi a Maria. Foi o Humberto.

Sabendo que cada suspeito falou exatamente uma mentira, julgue os seguintes itens.

39. José deixou a pasta em cima da mesa de Francisco.
40. Humberto deixou a pasta em cima da mesa de Francisco.

Noções da Previdência Complementar

À luz da Constituição Federal de 1988, julgue os seguintes itens.

41. Olívia pretende concorrer para o cargo de Deputada Federal nas eleições de 2022. Caso venha a ser eleita, ela deverá ser vinculada ao regime próprio de previdência social da União.
42. O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de reintegração, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
43. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Com base no disposto na Lei nº 12.154/2009, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC –, julgue os seguintes itens.

44. O fato gerador da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC – é o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à PREVIC, sendo contribuintes da referida taxa as entidades fechadas de previdência complementar constituídas na forma da legislação.
45. O Ministério da Previdência Social estabelecerá metas de gestão e de desempenho para a PREVIC, mediante acordo celebrado entre o Ministro de Estado da Previdência Social e a Diretoria Colegiada da autarquia. As metas deverão referenciar-se ao período mínimo de dois anos, sendo periodicamente avaliadas e, quando necessário, revisadas.

Acerca da Lei Complementar nº 108/2001, julgue os seguintes itens.

46. É defesa aos patrocinadores a cessão de pessoal às entidades de previdência complementar que patrocinam, ainda que ressarcidos os custos correspondentes.
47. O mandato dos membros do conselho fiscal será de quatro anos, vedada a recondução.

Sobre o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar (Decreto nº 4.942/2003), julgue os seguintes itens.

48. Cinco anos depois de cumprida ou extinta a penalidade, não constará de certidão ou atestado expedido pela Secretaria de Previdência Complementar qualquer notícia ou referência a esta, salvo para a verificação de reincidência.
49. Em atenção ao princípio da eficiência, em uma mesma atividade de fiscalização, será lavrado um único auto de infração contendo todas as infrações cometidas.
50. Da decisão do Secretário de Previdência Complementar que julgar o auto de infração caberá recurso ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar, com efeito suspensivo, no prazo de quinze dias, contado do recebimento da decisão-notificação.

Conhecimentos Específicos

Sobre as entidades abertas e fechadas de previdência complementar, julgue os itens a seguir.

51. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.
52. As entidades abertas deverão levantar no último dia útil de cada mês e semestre, respectivamente, balancetes mensais e balanços gerais, com observância das regras e dos critérios estabelecidos pelo órgão regulador.
53. As entidades fechadas têm como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, sendo vedada a prestação de quaisquer serviços que não estejam no âmbito de seu objeto, com exceção dos serviços assistenciais à saúde que poderão continuar a serem prestados quando a contabilização e o patrimônio são mantidos em conjunto com o plano previdenciário.
54. As entidades fechadas podem ser classificadas de acordo com os planos que administram, de acordo com seus patrocinadores ou instituidores, ou, ainda, por meio de outras formas que venham a ser definidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o regime próprio de previdência social, julgue os seguintes itens.

55. A aposentadoria compulsória do servidor abrangido por regime próprio de previdência social se dará com proventos proporcionais aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar.
56. As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo, sendo que 80% (oitenta por cento) dos maiores valores de remuneração considerados para cálculo do benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
57. Por meio de Lei Complementar Federal, as normas gerais de organização, funcionamento e de responsabilidade são estabelecidas aos regimes próprios existentes, enquanto que, por Lei Ordinária, são instituídos novos regimes próprios de previdência social.

A respeito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC –, julgue os seguintes itens.

58. A PREVIC tem uma estrutura básica composta por: Diretoria, Conselho Fiscal, Procuradoria Federal, Coordenações Gerais e Corregedoria.
59. A administração da PREVIC é feita por Diretoria Colegiada composta por 1 (um) Diretor-Superintendente e 4 (quatro) Diretores, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e de notória competência, a serem indicados pelo Ministro de Estado da Previdência Social e nomeados pelo Presidente da República.
60. A PREVIC atua como órgão de fiscalização e supervisão das atividades das entidades abertas e fechadas de previdência complementar, observadas as disposições constitucionais e legais aplicáveis.

Acerca da Lei nº 11.053/94 e o regime de tributação, julgue os seguintes itens.

61. Maria é participante do plano de benefícios de contribuição definida da Funpresp-Jud desde 13 de maio de 2011. Em 13 de maio de 2016, Maria realizou resgate dos valores acumulados, portanto, de acordo com a legislação vigente, obrigatoriamente a participante sofreu incidência de imposto de renda retido na fonte, na alíquota de 20% (vinte por cento).
62. Compete ao Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentar a periodicidade e a metodologia de cálculo do prazo médio das carteiras de títulos e à Secretaria da Receita Federal fiscalizar a aplicação da taxa de juros, índice de preço e variação cambial.
63. Os resgates de valores acumulados pelos participantes de planos de benefício da Funpresp-Jud sofrerão obrigatoriamente incidência de imposto de renda na fonte, na forma da lei, conforme alíquotas progressivas que vão de 35% (trinta e cinco por cento) para recursos com prazo de acumulação igual ou inferior a 2 (dois) anos, até 10% (dez por cento) para recursos com prazo de acumulação superior a 10 (dez) e inferior a 15 (quinze) anos.
64. Não será sujeito à tributação o fundo de investimento que tiver sua carteira constituída por títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Sobre o custeio dos planos de benefícios previstos na Lei Complementar nº 108/2001, julgue os seguintes itens.

65. É responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive assistidos, o custeio dos planos de benefícios.
66. Além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, desde que haja contrapartida do patrocinador.
67. É vedado ao patrocinador assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.
68. É defeso ao patrocinador o custeio da despesa administrativa da entidade de previdência complementar, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

Em relação às ações das entidades de previdência complementar, julgue os seguintes itens.

69. As entidades de previdência complementar somente poderão instituir e operar planos de benefícios para os quais tenham autorização específica, segundo as normas aprovadas pelo órgão regulador e fiscalizador.
70. As entidades de previdência complementar poderão contratar operações de resseguro, por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador e fiscalizador, a fim de assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, observados o regulamento do respectivo plano e demais disposições legais e regulamentares.
71. As entidades de previdência complementar constituirão reservas técnicas, provisões e fundos, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC – e a Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC –, julgue os seguintes itens.

72. O CNPC é presidido pelo Ministro de Estado da Previdência Social e possui dois representantes das entidades fechadas de previdência complementar, todos com direito a voto.
73. A CRPC será composta por sete membros, dentre eles dois representantes de entidades fechadas de previdência complementar, sendo apenas um com direito a voto.
74. O CNPC e a CRPC reunir-se-ão, separadamente e em dias distintos, em sessões ordinárias a serem realizadas mensalmente para ambos os conselhos, podendo haver sessões extraordinárias sempre que for necessário o exame de matérias ou questões urgentes, a juízo do Presidente ou da maioria dos membros do colegiado.

A respeito da Lei nº 11.053/2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefício de caráter previdenciário, julgue os seguintes itens.

75. É facultado aos participantes que ingressarem a partir de 1º de janeiro de 2005 em planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, das entidades de previdência complementar e das sociedades seguradoras, a opção por regime de tributação no qual os valores pagos aos próprios participantes ou aos assistidos, a título de benefícios ou resgates de valores acumulados, sujeitam-se à incidência de imposto de renda retido na fonte, na alíquota de 30% para recursos com prazo de acumulação inferior ou igual a 02 (dois anos).
76. Os fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, por ocasião do resgate.
77. Prazo de acumulação é o tempo decorrido entre o aporte de recursos no plano de benefícios mantido por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou em FAPI e o pagamento relativo ao resgate ou ao benefício, calculado na forma a ser disciplinada em ato conjunto da Secretaria da Receita Federal e do respectivo órgão fiscalizador das entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e FAPI, considerando-se o tempo de permanência, a forma e o prazo de recebimento e os valores aportados.

Acerca da Lei nº 12.618/2012, que autoriza a criação da Funpresp-Jud, julgue os seguintes itens.

78. Os planos de benefícios da Funpresp-Jud serão estruturados na modalidade de contribuição definida, nos termos da regulamentação estabelecida pelo órgão regulador das entidades fechadas de previdência complementar.
79. No que concerne à Funpresp-Jud, as propostas de aprovação do estatuto, a adesão de novos patrocinadores e de instituição de planos devem estar acompanhadas de manifestação favorável do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

80. A aplicação dos recursos garantidores correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos dos planos de benefício da Funpresp-Jud obedecerá às diretrizes e aos limites prudenciais estabelecidos pelos conselhos deliberativos e fiscais.

O atendimento prioritário e a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida são regidos com base na Lei n.º 10.048/2000, na Lei n.º 10.098/2000 e no Decreto n.º 5.296/2004. A partir disso, julgue os itens a seguir.

81. Por possuírem mobilidade reduzida, permanente ou temporária, idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos são alocados no grupo prioritário.
82. Não há necessidade de reservar assentos para idosos, gestantes, obesos e pessoas portadoras de deficiência. Mesmo assim, as empresas de transporte público fazem essa destinação por cautela.
83. É facultativo aos órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, às empresas prestadoras de serviços públicos e às instituições financeiras prestar o serviço de atendimento a pessoas com deficiência auditiva por meio de intérpretes ou pessoas capacitadas em LIBRAS.
84. A referência à acessibilidade na Lei n.º 10.098/2000 diz respeito também à facilidade financeira que deve ser dada ao indivíduo com necessidade.

Em relação às ações voltadas ao atendimento e marketing, julgue os próximos itens.

85. O marketing possui algumas formas e alguns esquemas de aplicação nos negócios. Um deles diz respeito aos 4 Cs do marketing, ou seja, consumidor, custos do produto, comunicação e conveniência.
86. Podem ser reconhecidas como promoção as ações de marketing aplicadas em organizações de serviços que oferecem incentivos e vantagens para determinados grupos de clientes, com a finalidade de fomentar a venda e incentivar a experimentação.
87. Se for utilizada a hierarquia das necessidades humanas de Maslow, é possível afirmar que, para quem comercializa água, por exemplo, o perfil de consumo de quem paga R\$ 15,00 por uma garrafa de 800 ml, mineral e importada, encontra-se no nível das necessidades

fisiológicas, pois tal produto é categorizado como um alimento.

88. Tanto o atendimento quanto o tratamento, quando bem realizados, podem contribuir para uma boa imagem da organização. Em outras palavras, se a pessoa tiver sido bem tratada e tiver suas expectativas atendidas, fará um feedback positivo da empresa.
89. O *Net Promoter Score* (NPS) avalia o nível de satisfação dos clientes por meio da seguinte pergunta: Você indicaria a empresa para um familiar ou amigo? Por meio dessa ferramenta, os clientes são classificados em 3 grupos, ou seja, detratores, neutros e promotores.
90. O desafio do marketing, quando relacionado à gestão pública, é a comunicação de governo. Na prática, tem relação com a propaganda eleitoral, sendo utilizado nas campanhas eleitorais.
91. O CRM (*Customer Relationship Management*) tem o objetivo de medir a qualidade dos serviços prestados. Essa ferramenta estabelece que a qualidade do serviço pode ser determinada por meio da seguinte relação: Qualidade do serviço = relação entre expectativas (E) e resultados (R).
92. O atendimento ao público está diretamente relacionado à qualidade do serviço da instituição, ou seja, é mais comum um cliente mal-atendido reclamar da empresa, não do atendente.
93. A venda por mala direta pesquisa o comportamento do consumidor e cria estratégias voltadas ao público final através de um plano de marketing estratégico.
94. Responsividade corresponde à avaliação dos serviços pelos clientes quanto à disposição ou à prontidão dos empregados ou profissionais que prestam o serviço.

Referente à etiqueta empresarial, julgue os seguintes itens

95. É um conjunto de regras que deve ser seguido no trato com fornecedores, nas negociações de compra e venda.
96. Em relação a um atendimento telefônico, a etiqueta empresarial ensina que respostas de cunho pessoal devem ser evitadas. Isto é, caso alguém ligue procurando por determinado funcionário, que está em horário de almoço, o atendente jamais deveria dizer que o funcionário está tomando café após o almoço, pois ele sempre faz isso.
97. Alguns convites para reuniões ou outros eventos podem conter a sigla RSVP, que é uma abreviação de uma expressão francesa: Répondez s'il vous plaît. O significado, em português, é: responda, por favor. Nesse caso, quando receber esse tipo de convite, você deve confirmar ou não sua presença.
98. O aperto de mão é um costume muito difundido no meio empresarial brasileiro. Quando for cumprimentar alguém com um aperto de mão, é importante virar a palma da sua mão para baixo. Esse gesto vai enfatizar sua postura de líder organizacional.
99. As conversas corriqueiras são comuns em eventos ou encontros de negócios. Uma forma de controlar esse tipo de conversa é fazer perguntas que estimulem respostas curtas: Como vai? Está se divertindo nesse evento? Conhece o novo diretor de marketing?
100. Em uma reunião de negócios, o planejamento é essencial. Nesse caso, a elaboração de um roteiro deve destacar três itens para cada assunto: o tema, o responsável pela discussão e o resultado esperado. Em reuniões de gestores gerentes, a variável tempo previsto por assunto pode ser desconsiderada.
101. Vestimentas não fazem parte da etiqueta empresarial, visto que é um item relacionado à personalidade de cada indivíduo. Portanto expressar sua liberdade de expressão por meio da vestimenta é aceito no ambiente de trabalho mais conservador.

Em relação à ética no serviço prestado pelas organizações públicas, julgue os seguintes itens.

102. O sociólogo Max Weber estabeleceu dois parâmetros éticos para orientar nossas ações ou atividades. Em termos mais específicos, orientamos nossos comportamentos pela ética da responsabilidade ou pela ética da convicção. No entanto esses padrões são diferentes e opostos.
103. As regras deontológicas tratam dos princípios do comportamento do servidor público. Nesse sentido, caso o servidor público deixe de prestar algum atendimento relacionado às responsabilidades do setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de filas ou qualquer outro tipo de atraso no serviço prestado, além de antiético, está cometendo um grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
104. É vedado ao servidor público utilizar informações privilegiadas, obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio. Caso isso aconteça, a comissão de ética do serviço público pode aplicar quatro tipos de penalidades: censura, advertência, repreensão e suspensão.
105. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal foi instituído por decreto e está dividido em três capítulos: o capítulo I trata das regras deontológicas, o capítulo II está relacionado com a instalação de comissões de ética e o capítulo III diz respeito ao sistema de punições.
106. Apenas o agente público poderá provocar a atuação da comissão de ética pública para a apuração de infração ética imputada a servidor público. A exceção ocorre nos crimes de peculato, ou seja, nesse caso, qualquer cidadão poderá provocar a atuação da comissão de ética pública.
107. Ocultar informações pensando no benefício do usuário faz do servidor um profissional ético em suas atividades, pois omitiu uma decisão que iria contra o interesse do usuário.

- 108.** Os servidores públicos devem observar diversas ordens de responsabilidades, no exercício de suas funções. Nesse sentido, responsabilidade administrativa tem relação com atos ilícitos, definidos nos estatutos dos servidores. Já a responsabilidade civil diz respeito à apuração de um dano causado por servidor público.
- 109.** O exercício profissional da função pública se integra nas ações e na vida particular dos servidores públicos. Em outras palavras, sua conduta em relação à vida privada interfere no seu bom conceito da vida funcional.

Quanto ao trabalho em equipe, julgue os próximos itens.

- 110.** Habilidades humanas estão relacionadas ao conhecimento de ideias e planejamento das atividades internas. Por isso, é papel do funcionário ter a capacidade de desenvolver estratégias, novos projetos e aprimorar os objetivos ao longo do tempo.
- 111.** Conflito e competição nas organizações não podem ser considerados sintomas de que a equipe de trabalho não está atuando, efetivamente, como uma equipe.
- 112.** Privilegiar apenas aspectos econômicos e o interesse da firma não é mais o foco do modelo atual de gestão de pessoas, que compreende a linha humanista de interação.
- 113.** A quebra de comunicação em um setor de trabalho pode se dar por meio da ausência de colaboração entre os funcionários.
- 114.** Em uma fase caótica do processo de formação de equipes de trabalho, as relações entre os membros de uma equipe tornam-se conflituosas e divergentes.
- 115.** As equipes virtuais existem por meio da tecnologia da informação. Nesse sentido, a computação móvel permite processar informações em equipamentos portáteis e *workgroup computing* é considerado o conjunto de pessoas que participam das equipes virtuais.
- 116.** As práticas e políticas de gestão de pessoas orientam a relação entre os gestores e as equipes de trabalho. Elas estabelecem quais diretrizes devem ser seguidas e como os processos internos devem ser conduzidos.
- 117.** É atribuído ao papel socioemocional o empenho que o indivíduo tem em forjar interações interpessoais produtivas e perceptivas.
- 118.** Comportamentos mais assertivos e colaborativos são problemas triviais encontrados em uma equipe de trabalho coesa.
- 119.** A coordenação, o desenvolvimento do autocontrole do grupo, bem como o envolvimento de cada indivíduo nas tarefas gerais são características do trabalho em equipe.
- 120.** Uma equipe de elevado desempenho possui algumas características e competências específicas. Dentre elas, destacam-se a definição de objetivos claros e aceitos por todos os membros, a percepção integrada da realidade em que a empresa se encontra e a decisão individual do líder da equipe.



ANALISTA - SEGURIDADE

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____

Nível
SUPERIORTurno
TARDE**PROVA****04****Lembre-se de marcar o número acima na folha de respostas!****instituto
aocp****Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal**

Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Prova, com **cento e vinte itens**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição.
- ✓ O julgamento de cada item da prova objetiva será **CERTO** ou **ERRADO**, sendo atribuído o valor de 1 (um) ponto para cada marcação em acordo com o gabarito oficial. Caso a marcação esteja em discordância com o gabarito oficial, o candidato receberá 1 (um) ponto negativo e 0 (zero) ponto caso não haja marcação ou haja marcação dupla.
- ✓ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar este Caderno e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo este Caderno somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC** no endereço eletrônico **www.institutoaocp.org.br**, conforme previsto em Edital.

Língua Portuguesa

Conto de você fica ressoando na memória

De: **Carlos Drummond de Andrade**
Para: **Lygia Fagundes Telles**

Contemporâneo de Lygia Fagundes Telles e 21 anos mais velho que ela, Drummond pôde acompanhar a trajetória de uma das maiores contistas da literatura brasileira e tecer considerações sobre a obra da amiga. É o que faz nesta carta em que comenta os contos de O jardim selvagem, publicado no ano anterior.

Rio de Janeiro, 28 [de] janeiro [de] 1966

Lygia querida,

Sabe que ganhei de Natal [...] um livro de contos [1] no qual o meu santo nome aparece no ofertório de uma das histórias mais legais, intitulada “A chave”, em que por trás da chave há um casal velho-com-moça e uma outra mulher na sombra, tudo expresso de maneira tão sutil que pega as mínimas ondulações do pensamento do homem, inclusive esta, feroz: chateado de tanta agitação animal da esposa, com o corpo sempre em movimento, o velho tem um relâmpago: “A perna quebrada seria uma solução...” Por sinal que comparei o texto do livro com o texto do jornal de há três anos, e verifiquei o minucioso trabalho de polimento que o conto recebeu. Parece escrito de novo, mais preciso e ao mesmo tempo mais vago, essa vaguidão que é um convite ao leitor para aprofundar a substância, um dizer múltiplo, quase feito de silêncio. Sim, ficou ainda melhor do que estava, mas alguma coisa da primeira versão foi sacrificada, e é esse o preço da obra acabada: não se pode aproveitar tudo que veio do primeiro jato, o autor tem de escolher e pôr de lado alguma coisa válida.

O livro está perfeito como unidade na variedade, a mão é segura e sabe sugerir a história profunda sob a história aparente. Até mesmo um conto passado na China[2] você consegue fazer funcionar, sem se perder no exotismo ou no jornalístico. Sua grande força me parece estar no psicologismo oculto sob a massa de elementos realistas, assimiláveis por qualquer um. Quem quer simplesmente uma estória tem quase sempre uma estória. Quem quer a verdade subterrânea das criaturas, que o comportamento social disfarça, encontra-a maravilhosamente captada por trás da estória. Unir as duas faces, superpostas, é arte da melhor. Você consegue isso.

Ciao, amiga querida. Desejo para você umas férias tranquilas, bem virgilianas. O abraço e a saudade do

Carlos

[1] N.S.: Trata-se de O jardim selvagem, livro de contos de Lygia publicado em 1965.

[2] N.S.: Referência ao conto “Meia-noite em ponto em Xangai”, incluído em O jardim selvagem.

Adaptado de <https://www.correioims.com.br/carta/conto-de-voce-fica-ressoando-na-memoria/>. Acesso em 20/09/2021.

Considerando os aspectos relacionados à organização das informações, à estruturação do texto de apoio e aos sentidos por ele expressos, julgue os seguintes itens.

1. No trecho “Parece escrito de novo, mais preciso e ao mesmo tempo mais vago [...]”, o emissor do texto caracteriza o conto a que se refere como incoerente, pois tem essa liberdade com a interlocutora, devido ao alto grau de intimidade entre os dois.
2. Em “Unir as duas faces, superpostas, é arte da melhor.”, a expressão qualitativa em destaque caracteriza-se pela ambiguidade, pois pode se referir tanto à Lygia Fagundes Telles quanto à qualidade da arte produzida por ela.
3. A partir da leitura do excerto “Até mesmo um conto passado na China você consegue fazer funcionar, sem se perder no exotismo ou no jornalístico.”, além de um elogio a sua interlocutora, é possível depreender uma crítica por parte do autor da carta a algum outro escritor.
4. O texto de apoio, na totalidade da sua composição, apresenta dois gêneros textuais, a saber: Resenha e Carta Argumentativa.
5. Considerando a relação do título do texto com seu conteúdo, o termo “de você” tem função de indicar o agente produtor do conto e, com isso, poderia ser substituído pelo pronome possessivo “seu”, sem causar prejuízos semânticos ao enunciado.
6. O trecho “Quem quer simplesmente uma estória tem quase sempre uma estória.” retoma a “história aparente”, exposta pelo enunciador no início do 2º parágrafo.

Considerando os aspectos linguísticos do texto de apoio e os sentidos por eles expressos, julgue os seguintes itens.

7. Em “A perna quebrada seria uma solução...”, o uso do verbo no futuro do pretérito, aliado à predicação “uma solução”, indica a real necessidade de que o fato ocorra no futuro.
8. Em “[...] verifiquei o minucioso trabalho de polimento que o conto recebeu.”, o acréscimo de uma vírgula antes do “que” e a troca desse pronome por “o qual” manteriam a correção gramatical e o sentido original do texto.
9. Em “[...] por trás da chave há um casal velho-com-moça e uma outra mulher na sombra [...]”, o verbo da oração poderia ir para o plural para concordar com o sujeito composto da oração.
10. No texto introdutório à carta, o artigo definido presente no título da obra à qual a carta se refere poderia ser aglutinado à preposição que o precede, mantendo o sentido e o respeito às normas gramaticais.
11. A correção gramatical seria atendida ao se reescrever o trecho “Por sinal que comparei o texto do livro com o texto do jornal de há três anos [...]” da seguinte maneira: Por sinal, comparei a história do livro à do jornal de três anos atrás.
12. Em “É o que faz nesta carta em que comenta os contos de O jardim selvagem [...]”, o uso da preposição em destaque atende à regência do verbo “comenta”.
13. Em “O livro está perfeito como unidade na variedade, a mão é segura e sabe sugerir a história profunda sob a história aparente.”, as formas verbais estão conjugadas no presente do indicativo, auxiliando a construir o valor de verdade atemporal do enunciado.
14. Na última frase do 1º parágrafo, os sinais de dois-pontos poderiam ser substituídos pela expressão ou seja, utilizada entre vírgulas, sem prejudicar a correção e os sentidos do texto.
15. Em “[...] tudo expresso de maneira tão sutil que pega as mínimas ondulações do pensamento do homem [...]”, o advérbio de intensidade “tão” introduz uma relação de sentido explicativa entre as orações da frase.
16. Em “Drummond pôde acompanhar a trajetória de uma das maiores contistas da literatura brasileira [...]”, a expressão em destaque funciona como complemento do nome “trajetória”, exercendo, assim, a função de objeto indireto, por iniciar por preposição.
17. A expressão em destaque em “Sua grande força me parece estar no psicologismo oculto sob a massa de elementos realistas [...]”, em uma situação mais formal de comunicação, para atender às normas gramaticais, deveria ser redigida da seguinte maneira: parece-me estar.
18. No trecho “[...] com o texto do jornal de há três anos [...]”, o verbo há poderia ser substituído por a, desde que o advérbio “atrás” fosse acrescido ao final da expressão, mantendo-se, assim, as relações de sentido pretendidas pelo texto original.
19. Em “[...] tudo expresso de maneira tão sutil que pega as mínimas ondulações do pensamento do homem [...]”, a expressão especificadora do homem pode ser substituída por humano sem acarretar mudanças de sentido ao texto.
20. Na primeira frase da carta, o pronome relativo esta deveria estar no plural para concordar com seu referente as mínimas ondulações.

Estrutura e Funcionamento da FUNPRESP-JUD

Acerca do Estatuto Social e do Regimento Interno da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), julgue os seguintes itens.

21. O Presidente do Conselho Deliberativo será designado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal entre os representantes dos patrocinadores, cabendo-lhe, além do voto ordinário, obrigatoriamente o voto de qualidade em caso de empate.
22. As decisões do Comitê de Investimentos serão adotadas por maioria absoluta de votos, presente, no mínimo, a maioria absoluta de seus membros.
23. Caso seja necessário o acionamento do mecanismo de *stop loss* sem que tenha ocorrido a reunião do Comitê, o Diretor de Investimentos poderá reduzir o nível de risco dos investimentos em até 15% nas seguintes hipóteses: caso seja necessário o acionamento do mecanismo de *stop loss* sem a verificação do sinal de alerta, por conta da deterioração extremamente acelerada dos ativos financeiros; ou, impossibilidade de realização da reunião do Comitê entre a verificação do sinal de alerta e a do acionamento do mecanismo de *stop loss*.

O “Regulamento do Plano de Benefícios” dispõe sobre o plano de benefícios previdenciários denominado Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público – JusMP-Prev –, doravante designado Plano. Sobre esse diploma normativo, julgue os seguintes itens.

24. “Índice do Plano” corresponde ao valor atual dos compromissos do PLANO relativos aos benefícios ainda não concedidos, destinado aos participantes ou aos seus beneficiários que ainda não entraram em gozo de benefício.
25. Verificado erro no valor de benefício pago, a Funpresp-Jud, após notificação do interessado, fará o devido acerto, pagando ou reavendo, conforme o caso, a diferença e podendo, na última hipótese, reter, nas prestações subsequentes, no máximo 15% (quinze por cento) do valor mensal do benefício, até completar a compensação.

26. O participante autopatrocinado poderá tornar-se participante vinculado, se ocorrer novo vínculo efetivo com patrocinador, desde que a nova base de contribuição seja igual ou inferior ao teto do RGPS, em se tratando de participante submetido ao referido teto, ou, independente da nova base de contribuição, em se tratando de participante não submetido ao teto do RGPS.
27. Uma vez exercido o resgate, cessarão todos os compromissos do Plano para com o participante e seus beneficiários ou, na ausência destes, seus herdeiros legais, exceto quanto às prestações vincendas, no caso de opção pelo pagamento parcelado, e/ou aos eventuais recursos oriundos de portabilidade não resgatados.

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) possui um Código de Ética e de Conduta aplicável a seus empregados, estagiários, dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e nos relacionamentos com o público externo, tais como: participantes, assistidos, patrocinadores e seus membros e servidores, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos fiscalizadores e demais entidades do sistema de previdência complementar. Sobre essa codificação, julgue os seguintes itens.

28. É vedado aos integrantes da Funpresp-Jud, assim compreendidos como os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, negociar, direta ou indiretamente, por si ou por pessoas que lhe sejam relacionadas, utilizando-se de informação privilegiada, direitos sobre títulos ou valores mobiliários e seus derivativos relativos às pessoas jurídicas nas quais a Funpresp-Jud aplique ou esteja em processo de aplicar o seu patrimônio, ressalvados os casos em que a atuação da Fundação não implique em alteração nos preços dos referidos ativos ou derivativos.
29. Os membros do Comitê, exceto aqueles detentores de mandato na Diretoria Executiva e nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação, terão estabilidade plena no emprego durante o mandato no Comitê de Ética e Conduta, em razão dos processos em que atue, sendo vedada a dispensa arbitrária ou com justa causa.
30. A perda do mandato de membro efetivo do Comitê de Ética e de Conduta pode se dar após o mandatário ausentar-se sem justificativa por pelo menos três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas durante o seu mandato, ou ainda por quebra de sigilo.

Raciocínio Lógico e Analítico

Se Inês é analista de investimentos, então Joana é analista de conformidade. Se Karen não é analista de conformidade, então Inês é analista de investimentos. A analista de marketing é a mais velha das três. Sabe-se que cada uma das mulheres citadas exerce uma e somente uma das profissões mencionadas e que Joana não é analista de conformidade.

Dado o exposto, julgue os seguintes itens.

31. Karen é analista de conformidade e Joana é a mais velha das três mulheres citadas.
32. Inês é analista de marketing e Karen é analista de conformidade.

Considerando o conteúdo e as características do raciocínio lógico e analítico, julgue os seguintes itens.

33. Quando trabalho de manhã, folgo à tarde. Trabalhei hoje de manhã. Logo, folgarei hoje a tarde é um exemplo de raciocínio lógico por dedução.
34. Quando trabalho de manhã, folgo à tarde. Folguei à tarde, então pode ter acontecido de eu ter ido trabalhar no período da manhã é um exemplo de raciocínio lógico por indução, pois é a melhor explicação para o fato de eu folgar no período da tarde.
35. Numa argumentação por analogia, ressaltamos características em comum entre duas ou mais situações com o intuito de inferir conclusões parecidas. Porém, seja qual for essa relevância, um argumento por analogia é sempre um argumento indutivo e nunca um argumento dedutivo, isto é, trata-se de um argumento que da verdade das premissas infere a conclusão como provavelmente verdadeira, e não de um argumento no qual a verdade da conclusão se segue necessariamente da verdade das premissas.
36. Quando temos um argumento formado por três proposições, sendo duas premissas e uma conclusão, trata-se então de um silogismo.
37. Se sou organizado, trabalho bem. Se não me atraso, me sinto confiante. Ontem me organizei e não me senti confiante. Logo, trabalhei bem, mas cheguei atrasado é um exemplo de argumento válido.

38. Se ontem o Euro estava em alta e estamos no final do ano, então teremos inflação. Ontem o Euro estava em alta e teremos inflação. Logo, estamos no final do ano é um exemplo de argumento válido.

Chegando à sua repartição, o servidor Francisco percebeu que alguém havia deixado em sua mesa uma pasta de documentos. Começou, então, sua investigação interrogando os principais suspeitos, as quatro pessoas que trabalham na mesma sala que ele. Os suspeitos responderam:

Nonato:

– Não foi o José. Foi o Humberto.

Humberto:

– Não foi a Maria. Não foi o José.

Maria:

– Foi o José. Não foi o Nonato.

José:

– Foi a Maria. Foi o Humberto.

Sabendo que cada suspeito falou exatamente uma mentira, julgue os seguintes itens.

39. Humberto deixou a pasta em cima da mesa de Francisco.
40. José deixou a pasta em cima da mesa de Francisco.

Noções da Previdência Complementar

À luz da Constituição Federal de 1988, julgue os seguintes itens.

41. O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de reintegração, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
42. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
43. Olívia pretende concorrer para o cargo de Deputada Federal nas eleições de 2022. Caso venha a ser eleita, ela deverá ser vinculada ao regime próprio de previdência social da União.

Com base no disposto na Lei nº 12.154/2009, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC –, julgue os seguintes itens.

44. O Ministério da Previdência Social estabelecerá metas de gestão e de desempenho para a PREVIC, mediante acordo celebrado entre o Ministro de Estado da Previdência Social e a Diretoria Colegiada da autarquia. As metas deverão referenciar-se ao período mínimo de dois anos, sendo periodicamente avaliadas e, quando necessário, revisadas.
45. O fato gerador da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC – é o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à PREVIC, sendo contribuintes da referida taxa as entidades fechadas de previdência complementar constituídas na forma da legislação.

Acerca da Lei Complementar nº 108/2001, julgue os seguintes itens.

46. O mandato dos membros do conselho fiscal será de quatro anos, vedada a recondução.
47. É defesa aos patrocinadores a cessão de pessoal às entidades de previdência complementar que patrocinam, ainda que ressarcidos os custos correspondentes.

Sobre o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar (Decreto nº 4.942/2003), julgue os seguintes itens.

48. Em atenção ao princípio da eficiência, em uma mesma atividade de fiscalização, será lavrado um único auto de infração contendo todas as infrações cometidas.
49. Da decisão do Secretário de Previdência Complementar que julgar o auto de infração caberá recurso ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar, com efeito suspensivo, no prazo de quinze dias, contado do recebimento da decisão-notificação.
50. Cinco anos depois de cumprida ou extinta a penalidade, não constará de certidão ou atestado expedido pela Secretaria de Previdência Complementar qualquer notícia ou referência a esta, salvo para a verificação de reincidência.

Conhecimentos Específicos

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o regime próprio de previdência social, julgue os seguintes itens.

51. A aposentadoria compulsória do servidor abrangido por regime próprio de previdência social se dará com proventos proporcionais aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar.
52. As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo, sendo que 80% (oitenta por cento) dos maiores valores de remuneração considerados para cálculo do benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
53. Por meio de Lei Complementar Federal, as normas gerais de organização, funcionamento e de responsabilidade são estabelecidas aos regimes próprios existentes, enquanto que, por Lei Ordinária, são instituídos novos regimes próprios de previdência social.

A respeito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC –, julgue os seguintes itens.

54. A PREVIC tem uma estrutura básica composta por: Diretoria, Conselho Fiscal, Procuradoria Federal, Coordenações Gerais e Corregedoria.
55. A administração da PREVIC é feita por Diretoria Colegiada composta por 1 (um) Diretor-Superintendente e 4 (quatro) Diretores, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e de notória competência, a serem indicados pelo Ministro de Estado da Previdência Social e nomeados pelo Presidente da República.
56. A PREVIC atua como órgão de fiscalização e supervisão das atividades das entidades abertas e fechadas de previdência complementar, observadas as disposições constitucionais e legais aplicáveis.

Acerca da Lei nº 11.053/94 e o regime de tributação, julgue os seguintes itens.

57. Maria é participante do plano de benefícios de contribuição definida da Funpresp-Jud desde 13 de maio de 2011. Em 13 de maio de 2016, Maria realizou resgate dos valores acumulados, portanto, de acordo com a legislação vigente, obrigatoriamente a participante sofreu incidência de imposto de renda retido na fonte, na alíquota de 20% (vinte por cento).
58. Compete ao Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentar a periodicidade e a metodologia de cálculo do prazo médio das carteiras de títulos e à Secretaria da Receita Federal fiscalizar a aplicação da taxa de juros, índice de preço e variação cambial.
59. Os resgates de valores acumulados pelos participantes de planos de benefício da Funpresp-Jud sofrerão obrigatoriamente incidência de imposto de renda na fonte, na forma da lei, conforme alíquotas progressivas que vão de 35% (trinta e cinco por cento) para recursos com prazo de acumulação igual ou inferior a 2 (dois) anos, até 10% (dez por cento) para recursos com prazo de acumulação superior a 10 (dez) e inferior a 15 (quinze) anos.
60. Não será sujeito à tributação o fundo de investimento que tiver sua carteira constituída por títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Sobre o custeio dos planos de benefícios previstos na Lei Complementar nº 108/2001, julgue os seguintes itens.

61. É responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive assistidos, o custeio dos planos de benefícios.
62. Além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, desde que haja contrapartida do patrocinador.
63. É vedado ao patrocinador assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.
64. É defeso ao patrocinador o custeio da despesa administrativa da entidade de previdência complementar, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

Em relação às ações das entidades de previdência complementar, julgue os seguintes itens.

65. As entidades de previdência complementar somente poderão instituir e operar planos de benefícios para os quais tenham autorização específica, segundo as normas aprovadas pelo órgão regulador e fiscalizador.
66. As entidades de previdência complementar poderão contratar operações de resseguro, por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador e fiscalizador, a fim de assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, observados o regulamento do respectivo plano e demais disposições legais e regulamentares.
67. As entidades de previdência complementar constituirão reservas técnicas, provisões e fundos, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC – e a Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC –, julgue os seguintes itens.

68. O CNPC é presidido pelo Ministro de Estado da Previdência Social e possui dois representantes das entidades fechadas de previdência complementar, todos com direito a voto.
69. A CRPC será composta por sete membros, dentre eles dois representantes de entidades fechadas de previdência complementar, sendo apenas um com direito a voto.
70. O CNPC e a CRPC reunir-se-ão, separadamente e em dias distintos, em sessões ordinárias a serem realizadas mensalmente para ambos os conselhos, podendo haver sessões extraordinárias sempre que for necessário o exame de matérias ou questões urgentes, a juízo do Presidente ou da maioria dos membros do colegiado.

A respeito da Lei nº 11.053/2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefício de caráter previdenciário, julgue os seguintes itens.

71. É facultado aos participantes que ingressarem a partir de 1º de janeiro de 2005 em planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, das entidades de previdência complementar e das sociedades seguradoras, a opção por regime de tributação no qual os valores pagos aos próprios participantes ou aos assistidos, a título de benefícios ou resgates de valores acumulados, sujeitam-se à incidência de imposto de renda retido na fonte, na alíquota de 30% para recursos com prazo de acumulação inferior ou igual a 02 (dois anos).
72. Os fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, por ocasião do resgate.
73. Prazo de acumulação é o tempo decorrido entre o aporte de recursos no plano de benefícios mantido por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou em FAPI e o pagamento relativo ao resgate ou ao benefício, calculado na forma a ser disciplinada em ato conjunto da Secretaria da Receita Federal e do respectivo órgão fiscalizador das entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e FAPI, considerando-se o tempo de permanência, a forma e o prazo de recebimento e os valores aportados.

Acerca da Lei nº 12.618/2012, que autoriza a criação da Funpresp-Jud, julgue os seguintes itens.

74. Os planos de benefícios da Funpresp-Jud serão estruturados na modalidade de contribuição definida, nos termos da regulamentação estabelecida pelo órgão regulador das entidades fechadas de previdência complementar.
75. No que concerne à Funpresp-Jud, as propostas de aprovação do estatuto, a adesão de novos patrocinadores e de instituição de planos devem estar acompanhadas de manifestação favorável do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

76. A aplicação dos recursos garantidores correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos dos planos de benefício da Funpresp-Jud obedecerá às diretrizes e aos limites prudenciais estabelecidos pelos conselhos deliberativos e fiscais.

Sobre as entidades abertas e fechadas de previdência complementar, julgue os itens a seguir.

77. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.
78. As entidades abertas deverão levantar no último dia útil de cada mês e semestre, respectivamente, balancetes mensais e balanços gerais, com observância das regras e dos critérios estabelecidos pelo órgão regulador.
79. As entidades fechadas têm como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, sendo vedada a prestação de quaisquer serviços que não estejam no âmbito de seu objeto, com exceção dos serviços assistenciais à saúde que poderão continuar a serem prestados quando a contabilização e o patrimônio são mantidos em conjunto com o plano previdenciário.
80. As entidades fechadas podem ser classificadas de acordo com os planos que administram, de acordo com seus patrocinadores ou instituidores, ou, ainda, por meio de outras formas que venham a ser definidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

Em relação às ações voltadas ao atendimento e marketing, julgue os próximos itens.

81. O marketing possui algumas formas e alguns esquemas de aplicação nos negócios. Um deles diz respeito aos 4 Cs do marketing, ou seja, consumidor, custos do produto, comunicação e conveniência.
82. Podem ser reconhecidas como promoção as ações de marketing aplicadas em organizações de serviços que oferecem incentivos e vantagens para determinados grupos de clientes, com a finalidade de fomentar a venda e incentivar a experimentação.
83. Se for utilizada a hierarquia das necessidades humanas de Maslow, é possível afirmar que, para quem comercializa água, por exemplo, o perfil de consumo de quem paga R\$ 15,00 por uma garrafa de 800 ml, mineral e importada, encontra-se no nível das necessidades fisiológicas, pois tal produto é categorizado como um alimento.
84. Tanto o atendimento quanto o tratamento, quando bem realizados, podem contribuir para uma boa imagem da organização. Em outras palavras, se a pessoa tiver sido bem tratada e tiver suas expectativas atendidas, fará um feedback positivo da empresa.
85. O *Net Promoter Score* (NPS) avalia o nível de satisfação dos clientes por meio da seguinte pergunta: Você indicaria a empresa para um familiar ou amigo? Por meio dessa ferramenta, os clientes são classificados em 3 grupos, ou seja, detratores, neutros e promotores.
86. O desafio do marketing, quando relacionado à gestão pública, é a comunicação de governo. Na prática, tem relação com a propaganda eleitoral, sendo utilizado nas campanhas eleitorais.
87. O CRM (*Customer Relationship Management*) tem o objetivo de medir a qualidade dos serviços prestados. Essa ferramenta estabelece que a qualidade do serviço pode ser determinada por meio da seguinte relação: Qualidade do serviço = relação entre expectativas (E) e resultados (R).
88. O atendimento ao público está diretamente relacionado à qualidade do serviço da instituição, ou seja, é mais comum um cliente mal-atendido reclamar da empresa, não do atendente.
89. A venda por mala direta pesquisa o comportamento do consumidor e cria estratégias voltadas ao público final através de um plano de marketing estratégico.
90. Responsividade corresponde à avaliação dos serviços pelos clientes quanto à disposição ou à prontidão dos empregados ou profissionais que prestam o serviço.

Referente à etiqueta empresarial, julgue os seguintes itens

91. É um conjunto de regras que deve ser seguido no trato com fornecedores, nas negociações de compra e venda.
92. Em relação a um atendimento telefônico, a etiqueta empresarial ensina que respostas de cunho pessoal devem ser evitadas. Isto é, caso alguém ligue procurando por determinado funcionário, que está em horário de almoço, o atendente jamais deveria dizer que o funcionário está tomando café após o almoço, pois ele sempre faz isso.
93. Alguns convites para reuniões ou outros eventos podem conter a sigla RSVP, que é uma abreviação de uma expressão francesa: Répondez s'il vous plaît. O significado, em português, é: responda, por favor. Nesse caso, quando receber esse tipo de convite, você deve confirmar ou não sua presença.
94. O aperto de mão é um costume muito difundido no meio empresarial brasileiro. Quando for cumprimentar alguém com um aperto de mão, é importante virar a palma da sua mão para baixo. Esse gesto vai enfatizar sua postura de líder organizacional.
95. As conversas corriqueiras são comuns em eventos ou encontros de negócios. Uma forma de controlar esse tipo de conversa é fazer perguntas que estimulem respostas curtas: Como vai? Está se divertindo nesse evento? Conhece o novo diretor de marketing?
96. Em uma reunião de negócios, o planejamento é essencial. Nesse caso, a elaboração de um roteiro deve destacar três itens para cada assunto: o tema, o responsável pela discussão e o resultado esperado. Em reuniões de gestores gerentes, a variável tempo previsto por assunto pode ser desconsiderada.

97. Vestimentas não fazem parte da etiqueta empresarial, visto que é um item relacionado à personalidade de cada indivíduo. Portanto expressar sua liberdade de expressão por meio da vestimenta é aceito no ambiente de trabalho mais conservador.

Em relação à ética no serviço prestado pelas organizações públicas, julgue os seguintes itens.

98. O sociólogo Max Weber estabeleceu dois parâmetros éticos para orientar nossas ações ou atividades. Em termos mais específicos, orientamos nossos comportamentos pela ética da responsabilidade ou pela ética da convicção. No entanto esses padrões são diferentes e opostos.

99. As regras deontológicas tratam dos princípios do comportamento do servidor público. Nesse sentido, caso o servidor público deixe de prestar algum atendimento relacionado às responsabilidades do setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de filas ou qualquer outro tipo de atraso no serviço prestado, além de antiético, está cometendo um grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

100. É vedado ao servidor público utilizar informações privilegiadas, obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio. Caso isso aconteça, a comissão de ética do serviço público pode aplicar quatro tipos de penalidades: censura, advertência, repreensão e suspensão.

101. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal foi instituído por decreto e está dividido em três capítulos: o capítulo I trata das regras deontológicas, o capítulo II está relacionado com a instalação de comissões de ética e o capítulo III diz respeito ao sistema de punições.

102. Apenas o agente público poderá provocar a atuação da comissão de ética pública para a apuração de infração ética imputada a servidor público. A exceção ocorre nos crimes de peculato, ou seja, nesse caso, qualquer cidadão poderá provocar a atuação da comissão de ética pública.

103. Ocultar informações pensando no benefício do usuário faz do servidor um profissional ético em suas atividades, pois omitiu uma decisão que iria contra o interesse do usuário.

104. Os servidores públicos devem observar diversas ordens de responsabilidades, no exercício de suas funções. Nesse sentido, responsabilidade administrativa tem relação com atos ilícitos, definidos nos estatutos dos servidores. Já a responsabilidade civil diz respeito à apuração de um dano causado por servidor público.

105. O exercício profissional da função pública se integra nas ações e na vida particular dos servidores públicos. Em outras palavras, sua conduta em relação à vida privada interfere no seu bom conceito da vida funcional.

Quanto ao trabalho em equipe, julgue os próximos itens.

106. Habilidades humanas estão relacionadas ao conhecimento de ideias e planejamento das atividades internas. Por isso, é papel do funcionário ter a capacidade de desenvolver estratégias, novos projetos e aprimorar os objetivos ao longo do tempo.
107. Conflito e competição nas organizações não podem ser considerados sintomas de que a equipe de trabalho não está atuando, efetivamente, como uma equipe.
108. Privilegiar apenas aspectos econômicos e o interesse da firma não é mais o foco do modelo atual de gestão de pessoas, que compreende a linha humanista de interação.
109. A quebra de comunicação em um setor de trabalho pode se dar por meio da ausência de colaboração entre os funcionários.
110. Em uma fase caótica do processo de formação de equipes de trabalho, as relações entre os membros de uma equipe tornam-se conflituosas e divergentes.
111. As equipes virtuais existem por meio da tecnologia da informação. Nesse sentido, a computação móvel permite processar informações em equipamentos portáteis e *workgroup computing* é considerado o conjunto de pessoas que participam das equipes virtuais.
112. As práticas e políticas de gestão de pessoas orientam a relação entre os gestores e as equipes de trabalho. Elas estabelecem quais diretrizes devem ser seguidas e como os processos internos devem ser conduzidos.
113. É atribuído ao papel socioemocional o empenho que o indivíduo tem em forjar interações interpessoais produtivas e perceptivas.
114. Comportamentos mais assertivos e colaborativos são problemas triviais encontrados em uma equipe de trabalho coesa.
115. A coordenação, o desenvolvimento do autocontrole do grupo, bem como o envolvimento de cada indivíduo nas tarefas gerais são características do trabalho em equipe.
116. Uma equipe de elevado desempenho possui algumas características e competências específicas. Dentre elas, destacam-se a definição de objetivos claros e aceitos por todos os membros, a percepção integrada da realidade em que a empresa se encontra e a decisão individual do líder da equipe.

O atendimento prioritário e a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida são regidos com base na Lei n.º 10.048/2000, na Lei n.º 10.098/2000 e no Decreto n.º 5.296/2004. A partir disso, julgue os itens a seguir.

117. Por possuírem mobilidade reduzida, permanente ou temporária, idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos são alocados no grupo prioritário.
118. Não há necessidade de reservar assentos para idosos, gestantes, obesos e pessoas portadoras de deficiência. Mesmo assim, as empresas de transporte público fazem essa destinação por cautela.
119. É facultativo aos órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, às empresas prestadoras de serviços públicos e às instituições financeiras prestar o serviço de atendimento a pessoas com deficiência auditiva por meio de intérpretes ou pessoas capacitadas em LIBRAS.
120. A referência à acessibilidade na Lei n.º 10.098/2000 diz respeito também à facilidade financeira que deve ser dada ao indivíduo com necessidade.

